

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	10
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO	11
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	17
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	18
6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES	19
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	20
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	20
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO	22
10. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)	23
11. CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS	24
12. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	25
13. INVESTIMENTOS.....	27
14. IMOBILIZADO	36
15. INTANGÍVEL.....	38
16. FORNECEDORES	39
17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	40
18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	41
19. ENCARGOS REGULATÓRIOS	45
20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	45
21. PROVISÕES	46
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	54
23. RECEITA	56
24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	59
25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	65
26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	66
27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	67
28. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO	77
29. EFEITOS DA MEDIDA PROVISÓRIA 579 DE 11 DE SETEMBRO DE 2012 (CONVERTIDA NA LEI DE Nº 12.783 DE 11 DE JANEIRO DE 2013)	79
30. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	79
31. SEGMENTOS OPERACIONAIS	81
DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO	84
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	103
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	113

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2013, 31 DE DEZEMBRO DE 2012
E 1º DE JANEIRO DE 2012

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado			Controladora		
		30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
CIRCULANTE							
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.111.144	1.919.125	2.103.870	426.884	1.057.122	226.695
Títulos e Valores Mobiliários	5	2.438.468	657.142	356.327	1.080.119	27.363	180.000
Consumidores e Revendedores	6	1.756.009	1.858.129	2.067.349	-	-	-
Concessionários – Transporte de Energia		250.489	347.371	295.838	-	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	12	2.254	287.692	42.106	-	-	-
Tributos Compensáveis	7	170.382	216.746	228.554	4.863	62.100	72.570
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	8a	162.963	228.968	135.221	-	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre		42.617	20.755	22.080	-	-	-
Dividendos a Receber	26	57.210	113.364	73.578	414.909	511.043	195.196
Fundos Vinculados		2.275	132.493	3.386	98	233	99
Estoques		35.862	41.204	31.041	12	12	15
Provisão para Ganhos com Instrumentos Financeiros	27	-	20.445	-	-	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	11	-	2.422.099	-	-	2.422.099	-
Repasse de Recurso da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	10	39.116	-	-	-	-	-
Subvenção Desconto TUSD		226.710	-	-	-	-	-
Outros Créditos		406.011	538.219	408.453	14.986	12.522	8.702
TOTAL DO CIRCULANTE		7.701.510	8.803.752	5.767.803	1.941.871	4.092.494	683.277
NÃO CIRCULANTE							
Títulos e Valores Mobiliários	5	121.041	99.116	-	27.502	7.627	-
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	11	-	-	1.830.075	-	-	-
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios		-	-	-	-	-	1.010.079
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	1.231.942	1.303.920	931.438	354.483	392.637	431.687
Tributos Compensáveis	7	379.221	391.608	281.252	4.757	4.757	4.334
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	8a	61.723	27.911	19.548	61.723	27.911	19.548
Depósitos Vinculados a Litígios	9	1.190.963	1.300.507	1.276.232	137.383	270.702	275.721
Consumidores e Revendedores	6	244.588	221.150	61.822	-	-	-
Outros Créditos		83.209	108.118	95.753	17.386	39.788	50.694
Ativo Financeiro da Concessão	12	5.756.099	5.475.463	3.834.358	-	-	-
Investimentos	13	6.122.560	6.855.253	6.351.309	12.288.687	11.827.567	11.929.888
Imobilizado	14	5.880.838	6.108.729	6.392.332	1.250	1.584	1.723
Intangível	15	1.940.415	1.874.354	2.779.400	939	981	657
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		23.012.599	23.766.129	23.853.519	12.894.110	12.573.554	13.724.331
TOTAL DO ATIVO		30.714.109	32.569.881	29.621.322	14.835.981	16.666.048	14.407.608

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2013, 31 DE DEZEMBRO DE 2012
E 1º DE JANEIRO DE 2012

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado			Controladora		
		30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
CIRCULANTE							
Fornecedores	16	1.008.995	1.305.935	843.697	7.485	12.338	12.059
Encargos Regulatórios	19	195.784	317.048	271.409	-	-	-
Participações nos Lucros		111.202	84.123	87.800	10.934	7.776	9.357
Impostos, Taxas e Contribuições	17a	422.681	515.425	460.908	20.735	60.119	35.740
Imposto de Renda e Contribuição Social	17b	29.927	31.946	29.590	-	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos a Pagar		1.169.349	3.478.810	1.243.086	1.169.349	3.478.810	1.243.086
Empréstimos e Financiamentos	18	1.382.178	4.901.538	2.633.655	-	1.102.721	1.011.830
Debêntures	18	1.103.401	1.564.531	1.870.176	-	-	-
Salários e Contribuições Sociais		224.186	226.743	241.488	9.707	11.169	12.987
Obrigações Pós-emprego	20	55.787	51.227	74.441	2.745	2.520	3.706
Dívidas com Pessoas Ligadas		-	-	-	762	11.132	8.646
Concessões a Pagar		19.897	16.270	7.990	-	-	-
Outras Obrigações		338.578	304.710	334.629	21.535	15.147	15.137
TOTAL DO CIRCULANTE		6.061.965	12.798.306	8.098.869	1.243.252	4.701.732	2.352.548
NÃO CIRCULANTE							
Fornecedores	16	5.822	4.282	4.874	-	-	-
Encargos Regulatórios	19	231.856	169.201	261.930	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	18	2.276.030	1.608.770	3.825.345	-	-	18.397
Debêntures	18	4.776.780	2.340.954	2.174.715	-	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	17a	716.707	686.172	773.370	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	260.012	307.188	333.305	-	-	-
Provisões	21	289.776	265.476	311.069	125.688	146.089	185.952
Concessões a Pagar		149.921	171.448	129.629	-	-	-
Obrigações Pós-emprego	20	2.635.777	2.574.948	1.956.238	210.088	205.733	117.532
Outras Obrigações		111.537	93.140	85.714	59.027	62.498	66.915
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		11.454.218	8.221.579	9.856.189	394.803	414.320	388.796
TOTAL DO PASSIVO		17.516.183	21.019.885	17.955.058	1.638.055	5.116.052	2.741.344
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital Social	22	4.813.362	4.265.091	3.412.073	4.813.362	4.265.091	3.412.073
Reservas de Capital		3.405.579	3.953.850	3.953.850	3.405.579	3.953.850	3.953.850
Reservas de Lucros		2.228.045	2.856.176	3.292.871	2.228.045	2.856.176	3.292.871
Ajustes de Avaliação Patrimonial		385.256	474.879	1.007.470	385.256	474.879	1.007.470
Lucros Acumulados		2.365.684	-	-	2.365.684	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.197.926	11.549.996	11.666.264	13.197.926	11.549.996	11.666.264
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		30.714.109	32.569.881	29.621.322	14.835.981	16.666.048	14.407.608

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 2012

(Em Milhares de Reais, exceto resultado líquido por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado
RECEITA	23	10.662.480	10.328.189	241	264
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	24				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(3.727.564)	(3.105.018)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(396.275)	(664.657)	-	-
		(4.123.839)	(3.769.675)	-	-
CUSTO	24				
Pessoal e Administradores		(726.264)	(658.876)	-	-
Materiais		(86.172)	(40.851)	-	-
Serviços de Terceiros		(472.016)	(455.477)	-	-
Depreciação e Amortização		(546.163)	(529.118)	-	-
Provisões Operacionais		(96.904)	(6.543)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(93.996)	(139.021)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(697.654)	(1.050.878)	-	-
Outras		(129.684)	(57.521)	-	-
		(2.848.853)	(2.938.285)	-	-
CUSTO TOTAL		(6.972.692)	(6.707.960)	-	-
LUCRO BRUTO		3.689.788	3.620.229	241	264
DESPESA OPERACIONAL	24				
Despesas com Vendas		(50.039)	(53.176)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(560.769)	(464.532)	(45.462)	(56.815)
Outras Despesas Operacionais		(323.932)	(379.074)	(51.131)	(20.802)
		(934.740)	(896.782)	(96.593)	(77.617)
Resultado de Equivalência Patrimonial		599.688	698.325	2.104.917	2.228.782
Ganho na Alienação de Investimento		284.298	-	378.378	-
Lucros Não Realizados na Alienação de Investimento		(80.959)	-	(80.959)	-
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		3.558.075	3.421.772	2.305.984	2.151.429
Receitas Financeiras	25	430.251	510.550	111.884	98.793
Despesas Financeiras	25	(864.688)	(1.021.250)	(25.372)	(84.590)
Resultado antes dos Impostos		3.123.638	2.911.072	2.392.496	2.165.632
Imposto de Renda e Contribuição Social	8c	(825.680)	(963.354)	(82.918)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8c	(26.532)	225.033	(38.152)	7.119
RESULTADO DO EXERCÍCIO		2.271.426	2.172.751	2.271.426	2.172.751
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial	22	2,36	2,25	2,36	2,25
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária	22	2,36	2,25	2,36	2,25

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		01/07/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012 Reapresentado	01/07/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012 Reapresentado
RECEITA	23	3.545.896	3.673.146	80	103
CUSTOS OPERACIONAIS				-	-
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	24			-	-
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.452.854)	(1.168.200)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(142.183)	(229.268)	-	-
		(1.595.037)	(1.397.468)	-	-
CUSTO	24			-	-
Pessoal e Administradores		(296.469)	(237.815)	-	-
Materiais		(16.731)	(19.780)	-	-
Serviços de Terceiros		(167.452)	(162.156)	-	-
Depreciação e Amortização		(189.489)	(177.586)	-	-
Provisões Operacionais		(49.047)	22.062	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(31.143)	(44.172)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(232.249)	(465.924)	-	-
Outras		(49.824)	(17.023)	-	-
		(1.032.404)	(1.102.394)	-	-
CUSTO TOTAL		(2.627.441)	(2.499.862)	-	-
LUCRO BRUTO		918.455	1.173.284	80	103
DESPESA OPERACIONAL	24				
Despesas com Vendas		(15.555)	(19.385)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(47.902)	(133.824)	(14.350)	(28.770)
Outras Despesas Operacionais		(102.039)	(142.114)	8.361	(6.823)
		(165.496)	(295.323)	(5.989)	(35.593)
Resultado de Equivalência Patrimonial	13	349.106	460.639	769.005	965.071
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		1.102.065	1.338.600	763.096	929.581
Receitas Financeiras	25	147.412	214.024	35.439	25.948
Despesas Financeiras	25	(266.727)	(383.855)	(958)	(25.623)
Resultado antes dos Impostos		982.750	1.168.769	797.577	929.906
Imposto de Renda e Contribuição Social	8c	(240.700)	(297.987)	3.401	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8c	46.791	66.349	(12.137)	7.225
RESULTADO DO EXERCÍCIO		788.841	937.131	788.841	937.131
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial	22	0,82	0,97	0,82	0,97
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária	22	0,82	0,97	0,82	0,97

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM
30 DE SETEMBRO DE 2013 E 2012

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado
RESULTADO DO PERÍODO	2.271.426	2.172.751	2.271.426	2.172.751
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	4.635	3.520	4.635	3.520
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	2.276.061	2.176.271	2.276.061	2.176.271

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 2012

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	01/07/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012 Reapresentado	01/07/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012 Reapresentado
	RESULTADO DO PERÍODO	788.841	937.131	788.841
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Equivalência patrimonial sobre outros resultado abrangente em controlada e controlada em conjunto	569	(112)	569	(112)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	789.410	937.019	789.410	937.019

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 2012

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 ANTERIORMENTE APRESENTADOS	3.412.073	3.953.850	3.292.871	1.086.154	-	11.744.948
Efeitos de adoção de nova prática contábil – (Nota 2.2)	-	-	-	(78.684)	-	(78.684)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 AJUSTADOS PELAS MUDANÇAS DE PRÁTICA CONTÁBIL	3.412.073	3.953.850	3.292.871	1.007.470	-	11.666.264
Resultado do período	-	-	-	-	2.172.751	2.172.751
Outros resultados abrangentes:						
Equivalência patrimonial sobre outros resultado abrangente em controlada e controlada em conjunto	-	-	-	72.418	-	72.418
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	72.418	2.172.751	2.245.169
Outras mutações no Patrimônio Líquido						
Aumento do Capital Social	853.018	-	(853.018)	-	-	-
Dividendo adicional proposto referente a 2011 (R\$0,13 por ação)	-	-	(86.316)	-	-	(86.316)
Realização de Reservas						
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(161.455)	161.455	-
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012	4.265.091	3.953.850	2.353.537	918.433	2.334.206	13.825.117
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 ANTERIORMENTE APRESENTADOS	4.265.091	3.953.850	2.856.176	968.945	-	12.044.062
Efeitos de adoção de nova prática contábil – (Nota 2.2)	-	-	-	(494.066)	-	(494.066)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 AJUSTADOS PELAS MUDANÇAS DE PRÁTICA CONTÁBIL	4.265.091	3.953.850	2.856.176	474.879	-	11.549.996
Resultado do período	-	-	-	-	2.271.426	2.271.426
Outros resultados abrangentes:						
Equivalência patrimonial sobre outros resultado abrangente em controlada e controlada em conjunto	-	-	-	4.635	-	4.635
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	4.635	2.271.426	2.276.061
Outras mutações no Patrimônio Líquido:						
Aumento do Capital Social	548.271	(548.271)	-	-	-	-
Dividendo Adicional proposto em 2012 (R\$0,74 por ação)	-	-	(628.131)	-	-	(628.131)
Realização de Reservas						
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(94.258)	94.258	-
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013	4.813.362	3.405.579	2.228.045	385.256	2.365.684	13.197.926

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 2012

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Exercício	2.271.426	2.172.751	2.271.426	2.172.751
Ajustes Por:				
Impostos de Renda e Contribuição Social	852.212	738.321	121.070	-
Depreciação e Amortização	573.714	560.171	324	279
Baixas Líquidas de Imobilizado e Intangível	5.476	69.530	52	(475)
Ganho na alienação de Investimentos	(284.298)	-	(378.378)	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	(599.688)	(698.325)	(2.104.917)	(2.228.782)
Lucros Não Realizados	80.959	-	80.959	-
Juros e Variações Monetárias	664.312	688.356	(22.087)	11.200
Provisões para Perdas Operacionais	146.942	61.405	8.050	(8.886)
Provisões para Ganhos/Perdas com Instrumentos Financeiros	(1.005)	(20.517)	-	-
Obrigações Pós-emprego	195.972	167.622	11.734	10.889
	<u>3.906.022</u>	<u>3.739.314</u>	<u>(11.767)</u>	<u>(43.024)</u>
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	28.626	(100.962)	-	-
Repasse de Recurso da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(39.116)	-	-	-
Tributos Compensáveis	58.751	(59.954)	57.237	(1.424)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	77.639	93.043	(33.810)	(15.531)
Transporte de Energia	107.322	(31.202)	-	-
Depósitos Vinculados a Litígio	109.544	(50.009)	133.319	(13.720)
Dividendos recebidos	279.071	274.247	422.952	658.376
Ativo Financeiro	301.784	(92)	-	-
Outros	(63.290)	(428.298)	18.984	31.266
	<u>860.331</u>	<u>(303.227)</u>	<u>598.682</u>	<u>658.967</u>
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(295.400)	186.624	(4.853)	(7.192)
Impostos, Taxas e Contribuições	(62.209)	(28.561)	(39.384)	(2.508)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(166.738)	(130.324)	30.197	-
Salários e Contribuições Sociais	(2.557)	(14.620)	(1.462)	(2.245)
Encargos Regulatórios	(58.609)	(18.333)	-	-
Obrigações Pós-emprego	(130.583)	(147.902)	(7.154)	(7.542)
Outros	(11.142)	33.313	(32.746)	423
	<u>(727.238)</u>	<u>(119.803)</u>	<u>(55.402)</u>	<u>(19.064)</u>
Caixa Gerado pelas Operações	4.039.115	3.316.284	531.513	596.879
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos pagos	(676.929)	(562.531)	(17.784)	(4.784)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(708.137)	(793.882)	(113.115)	(10.800)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>2.654.049</u>	<u>1.959.871</u>	<u>400.614</u>	<u>581.295</u>

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	(1.803.251)	(925.242)	(1.072.631)	(19.195)
Recebimento de Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	2.465.646	197.055	2.465.646	-
Fundos Vinculados	130.218	(21.451)	135	-
Em Ativos Financeiros	(80.696)	(70.079)	-	-
Em Investimentos	1.330.410	-	1.619.987	12.790
Alienação de Investimentos	1.691.415	-	1.619.987	-
Aquisição de Investimentos	(94.184)	-	-	-
Aporte de Capital	(266.821)	-	-	-
Outros	-	-	-	12.790
Em Imobilizado	(21.494)	(68.876)	-	-
Em Intangível	(636.937)	(980.799)	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	1.383.896	(1.869.392)	3.013.137	(6.405)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Obtenção de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.466.516	3.230.935	-	-
Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(3.374.850)	(3.118.647)	(1.106.397)	(18.397)
Juros sobre capital próprio e Dividendos	(2.937.592)	(654.978)	(2.937.592)	(654.978)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(3.845.926)	(542.690)	(4.043.989)	(673.375)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	192.019	(452.211)	(630.238)	(98.485)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	1.919.125	2.103.870	1.057.122	226.695
No fim do exercício	2.111.144	1.651.659	426.884	128.210
	192.019	(452.211)	(630.238)	(98.485)

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MÊSES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 2012

(Em Milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	30/09/2013		30/09/2012 Reapresentado		30/09/2013		30/09/2012 Reapresentado	
RECEITAS								
Venda de Energia e Serviços	13.540.685		13.858.314		241		264	
Receita de Construção de Distribuição	616.958		980.799		-		-	
Receita de Construção de Transmissão	80.696		70.079		-		-	
Receita na Alienação de Investimentos	1.691.415		-		1.619.986		-	
Outras Receitas	388.021		4.910		-		-	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(50.056)		(53.186)		-		-	
	16.267.719		14.860.916		1.620.227		264	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(4.051.386)		(3.404.392)		-		-	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(441.797)		(745.517)		-		-	
Serviços de Terceiros	(984.125)		(986.063)		(6.623)		(8.895)	
Materiais	(392.760)		(620.374)		(131)		(93)	
Custo na Alienação de Investimentos	(1.407.117)		-		(1.241.608)		-	
Outros Custos Operacionais	(697.972)		(302.598)		(32.912)		(14.258)	
	(7.975.157)		(6.058.944)		(1.281.275)		(23.246)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	8.292.562		8.801.972		338.952		(22.982)	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(573.714)		(560.171)		(324)		(279)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	7.718.848		8.241.801		338.628		(23.261)	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	599.688		698.325		2.104.714		2.228.782	
Lucros Não Realizados	(80.959)		-		(80.959)		-	
Receitas Financeiras	430.251		510.550		111.884		98.793	
	8.667.828		9.450.676		2.474.470		2.304.314	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	1.124.845	12,97	1.018.305	10,77	46.926	1,90	44.820	1,95
Remuneração direta	671.155	7,74	689.760	7,29	24.277	0,98	26.291	1,14
Benefícios	286.466	3,30	261.501	2,77	16.137	0,65	15.658	0,68
FGTS	46.367	0,54	47.034	0,50	2.605	0,11	2.531	0,11
Outras	120.857	1,39	20.010	0,21	3.908	0,16	340	0,02
Impostos, Taxas e Contribuições	4.299.775	49,61	5.151.857	54,51	129.979	5,25	1.498	0,07
Federais	2.219.492	25,61	2.856.996	30,23	129.810	5,25	1.250	0,06
Estaduais	2.074.429	23,93	2.288.555	24,21	103	-	189	0,01
Municipais	5.854	0,07	6.306	0,07	66	-	59	-
Remuneração de Capitais de Terceiros	971.782	11,21	1.107.763	11,72	26.139	1,06	85.245	3,70
Juros	892.247	10,29	1.030.240	10,90	25.372	1,03	84.590	3,67
Aluguéis	79.535	0,92	77.523	0,82	767	0,03	655	0,03
Remuneração de Capitais Próprios	2.271.426	26,21	2.172.751	23,00	2.271.426	91,79	2.172.751	94,29
Lucros Acumulados	2.271.426	26,21	2.172.751	23,00	2.271.426	91,79	2.172.751	94,29
	8.667.828	100,00	9.450.676	100,00	2.474.470	100,00	2.304.314	100,00

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013

(Em Milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (“Bovespa”) e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG. Atua, única e exclusivamente, como Holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias individuais foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, e as Informações Contábeis Intermediárias consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2012, exceto quanto aos novos pronunciamentos contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2013, em mais detalhes na nota explicativa nº 2, item 2.2, destas Informações Contábeis Intermediárias. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pela Diretoria Executiva e reapresentadas em 16 de abril de 2013 na CVM, bem como aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 30 de abril

de 2013. Em 13 de novembro de 2013, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas Informações Contábeis Intermediárias.

As Informações Contábeis Intermediárias individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil (“BR GAAP”), sendo que essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para Informações Contábeis Intermediárias separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o Patrimônio Líquido e o resultado consolidado apresentado de forma consolidada e o Patrimônio Líquido e resultado da controladora em suas Informações Contábeis individuais. Assim sendo, as Informações Contábeis Intermediárias consolidadas da Companhia e as Informações Contábeis Intermediárias individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de Informações Contábeis.

2.2. Novos pronunciamentos contábeis adotados a partir de 2013 e reclassificações contábeis

Em decorrência de alteração nos pronunciamentos contábeis em vigor, a Companhia adotou novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2013 e as aplicou, para apresentação destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas, de maneira retrospectiva. Estão destacadas a seguir as principais alterações com efeito nestas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas:

CPC.33 (R1) e IAS 19 revisada – Benefícios a empregados

As modificações alteraram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano no próprio ano, com a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. As modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente e no Patrimônio Líquido de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

CPC.19 (R2) e IFRS 11 – Negócios em conjunto

A IFRS 11 substitui a IAS 31 Participações em Joint Ventures. A IFRS 11 aborda como um acordo de participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificada. A SIC-13 Joint Ventures – Contribuições Não-Monetárias de Investidores será retirada com a aplicação da IFRS 11. De acordo com a IFRS 11, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou joint ventures, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Adicionalmente, de acordo com a IFRS 11, as joint ventures e as entidades controladas em conjunto devem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. No critério anterior do IAS 31, permitia-se a contabilização pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de consolidação proporcional para as entidades controladas em conjunto.

Em função da adoção dessa norma, a Companhia passou a contabilizar pelo método de equivalência patrimonial todas as suas participações em entidades onde detém o controle em conjunto, não mais utilizando o método de consolidação proporcional.

Reclassificações de Saldos Contábeis de 30 de setembro de 2012 e 01 de janeiro de 2012

Alguns saldos das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas referentes ao período findo em 30 de setembro de 2012, originalmente emitidas em 14 de novembro de 2012, apesar de imateriais, estão sendo reclassificados para fins de comparação com as Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas do período findo em 30 de setembro de 2013. A Companhia decidiu ajustar os saldos comparativos de 30 de setembro de 2012 para a apresentação nas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas de 30 de setembro de 2013 com o objetivo de manter a melhor comparação dos saldos.

A seguir, apresentamos um resumo das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas que sofreram modificações em função das novas práticas contábeis ou em função das reclassificações mencionadas acima:

01/01/2012	Consolidado				Controladora		
	Saldo Publicado	Obrigações Pós-Emprego	Crítérios de Consolidação	Saldo Reapresentado	Saldo Publicado	Obrigações Pós-Emprego	Saldo Reapresentado
Balanco Patrimonial							
Ativo Circulante	8.531.649	-	(2.763.846)	5.767.803	683.277	-	683.277
Ativo Não Circulante							
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.235.869	33.824	(338.255)	931.438	424.449	7.238	431.687
Investimentos	176.740	(13.025)	6.187.594	6.351.309	11.994.523	(64.635)	11.929.888
Demais Ativos Não Circulantes	27.064.625	-	(10.493.853)	16.570.772	1.362.756	-	1.362.756
Total do Ativo Não Circulante	28.477.234	20.799	(4.644.514)	23.853.519	13.781.728	(57.397)	13.724.331
Passivo Circulante	12.169.346	-	(4.070.477)	8.098.869	2.352.548	-	2.352.548
Passivo Não Circulante							
Obrigações Pós-emprego	2.186.568	99.483	(329.813)	1.956.238	96.245	21.287	117.532
Demais Passivos Não Circulante	10.908.021	-	(3.008.070)	7.899.951	271.264	-	271.264
Total do Passivo Não Circulante	13.094.589	99.483	(3.337.883)	9.856.189	367.509	21.287	388.796
Patrimônio Líquido							
Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.086.154	(78.684)	-	1.007.470	1.086.154	(78.684)	1.007.470
Demais Componentes do Patrimônio Líquido	10.658.794	-	-	10.658.794	10.658.794	-	10.658.794
Total do Patrimônio Líquido	11.744.948	(78.684)	-	11.666.264	11.744.948	(78.684)	11.666.264

31/12/2012	Consolidado				Controladora		
	Balanco Patrimonial	Saldo Publicado	Obrigações Pós-Emprego	Critérios de Consolidação	Saldo Reapresentado	Saldo Publicado	Obrigações Pós-Emprego
Ativo Circulante	11.990.079	-	(3.186.327)	8.803.752	4.092.494	-	4.092.494
Ativo Não Circulante							
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.451.794	174.047	(321.921)	1.303.920	357.354	35.283	392.637
Investimentos	225.599	(55.852)	6.685.506	6.855.253	12.253.148	(425.581)	11.827.567
Demais Ativos Não Circulantes	27.105.489	-	(11.498.533)	15.606.956	353.350	-	353.350
Total do Ativo Não Circulante	28.782.882	118.195	(5.134.948)	23.766.129	12.963.852	(390.298)	12.573.554
Passivo Circulante	14.307.372	-	(1.509.066)	12.798.306	4.701.732	-	4.701.732
Passivo Não Circulante							
Imposto de Renda e Contribuição Social	947.870	(51.699)	(588.983)	307.188	-	-	-
Obrigações- Pós-Emprego	2.229.081	663.960	(318.093)	2.574.948	101.965	103.768	205.733
Demais Passivos Não Circulante	11.244.576	-	(5.905.133)	5.339.443	208.587	-	208.587
Total do Passivo Não Circulante	14.421.527	612.261	(6.812.209)	8.221.579	310.552	103.768	414.320
Patrimônio Líquido							
Ajustes de Avaliação Patrimonial	968.945	(494.066)	-	474.879	968.945	(494.066)	474.879
Demais Componentes do Patrimônio Líquido	11.075.117	-	-	11.075.117	11.075.117	-	11.075.117
Total do Patrimônio Líquido	12.044.062	(494.066)	-	11.549.996	12.044.062	(494.066)	11.549.996

30/09/2012	Consolidado		
	Demonstração de Resultado	Saldo Publicado	Critérios de Consolidação
Receita	13.372.468	(3.044.279)	10.328.189
Custos Operacionais			
Custo com Energia Elétrica	(5.091.424)	1.321.749	(3.769.675)
Custo de Operação	(3.460.978)	522.693	(2.938.285)
Custo Total	(8.552.402)	1.844.442	(6.707.960)
Lucro Bruto	4.820.066	(1.199.837)	3.620.229
Despesa Operacional	(1.163.895)	267.113	(896.782)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(2.482)	700.807	698.325
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos	3.653.689	(231.917)	3.421.772
Resultado Financeiro	(803.999)	293.299	(510.700)
Resultado antes dos Impostos	3.108.395	(197.323)	2.911.072
Imposto de Renda e Contribuição Social	(935.644)	197.323	(738.321)
RESULTADO DO PERÍODO	2.172.751	-	2.172.751

01/07/2012 a 30/09/2012	Consolidado		
	Demonstração de Resultado	Saldo Publicado	Critérios de Consolidação
Receita	4.810.133	(1.136.987)	3.673.146
Custos Operacionais			
Custo com Energia Elétrica	(1.856.778)	459.310	(1.397.468)
Custo de Operação	(1.311.990)	209.596	(1.102.394)
Custo Total	(3.168.768)	668.906	(2.499.862)
Lucro Bruto	1.641.365	(468.081)	1.173.284
Despesa Operacional	(376.483)	81.160	(295.323)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.024)	461.663	460.639
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos	1.263.858	74.742	1.338.600
Resultado Financeiro	(239.287)	69.456	(169.831)
Resultado antes dos Impostos	1.283.276	(114.507)	1.168.769
Imposto de Renda e Contribuição Social	(346.145)	114.507	(231.638)
RESULTADO DO PERÍODO	937.131	-	937.131

30/09/2012	Consolidado e Controladora		
Demonstrações de Resultados Abrangentes	Saldo Publicado	Crítérios de Consolidação	Saldo Reapresentado
Resultado do Exercício	2.172.751	-	2.172.751
Outros Resultados Abrangentes			
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	4.292	(4.292)	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangente em controlada e controlada em conjunto	-	3.520	3.520
Instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa	(1.170)	1.170	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	398	(398)	-
Resultado Abrangente do Período	2.176.271	-	2.176.271

01/07/2012 a 30/09/2012	Consolidado e Controladora		
Demonstrações de Resultados Abrangentes	Saldo Publicado	Crítérios de Consolidação	Saldo Reapresentado
Resultado do Exercício	937.131	-	937.131
Outros Resultados Abrangentes			
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	52	(52)	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangente em controlada e controlada em conjunto	-	(112)	-112
Instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa	(249)	249	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	85	(85)	-
Resultado Abrangente do Período	937.019	-	937.019

30/09/2012	Nota	Consolidado			Controladora		
Demonstração do Valor Adicionado		Saldo Publicado	Crítérios de Consolidação	Saldo Reapresentado	Saldo Publicado	Reclassificações	Saldo Reapresentado
Receitas		18.945.888	(4.084.972)	14.860.916	264	-	264
Insumos adquiridos de terceiros		(7.743.358)	1.684.414	(6.058.944)	(22.814)	(432)	(23.246)
Retenções		(711.952)	151.781	(560.171)	(279)	-	(279)
Valor adicionado recebido em transferência	a	930.546	278.329	1.208.875	2.330.391	(2.816)	2.327.575
Valor adicionado a distribuir		11.421.124	(1.970.448)	9.450.676	2.307.562	(3.248)	2.304.314
Distribuição do Valor Adicionado							
Empregados		1.108.081	(89.776)	1.018.305	45.252	(432)	44.820
Impostos, taxas e Contribuições	a	6.584.050	(1.432.193)	5.151.857	4.314	(2.816)	1.498
Remuneração de capitais de terceiros	a	1.556.242	(448.479)	1.107.763	85.245	-	85.245
Remuneração de capitais próprios		2.172.751	-	2.172.751	2.172.751	-	2.172.751
Valor adicionado distribuído.		11.421.124	(1.970.448)	9.450.676	2.307.562	(3.248)	2.304.314

30/09/2012	Consolidado		
Demonstração do Fluxo de Caixa	Saldo Publicado	Crítérios de Consolidação	Saldo Reapresentado
Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais	3.278.149	38.135	3.316.284
Caixa Líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	7.985	(550.675)	(542.690)
Caixa Líquido consumido pelas atividades de investimento	(3.609.844)	1.740.452	(1.869.392)
Varição Líquida do caixa e equivalentes de caixa	(323.710)	(128.501)	(452.211)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	2.862.490	(758.620)	2.103.870
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	2.538.780	(887.121)	1.651.659
Varição Líquida do caixa e equivalentes de caixa	(323.710)	(128.501)	(452.211)

As reclassificações acima apresentadas foram realizadas para proporcionar informações mais relevantes relacionadas aos seguintes itens:

- a) Segregação dos investimentos da companhia em imobilizado, intangíveis e ativos de concessão por natureza de gastos;

2.3. Correlação entre Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas e as Demonstrações Intermediárias

Segue abaixo a correlação entre notas explicativas divulgadas nas demonstrações contábeis anuais completas de 31 de dezembro de 2012 e as demonstrações intermediárias de 30 de setembro de 2013.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao desempenho no semestre no período findo em 30 de setembro de 2013 estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação do Ofício Circular SNC/SEP 003/2011 emitido pela CVM.

Número das notas explicativas		Título das Notas Explicativas
Anual de 2012	ITR do 3T-2013	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios da Consolidação
5	32	Segmentos Operacionais
6	4	Caixa e Equivalentes de Caixa
7	5	Títulos e Valores Mobiliários
8	6	Consumidores e Revendedores
9	7	Tributos Compensáveis
10	8	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	9	Depósitos Vinculados a Litígio
12	11	Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais e Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios
13	12	Ativo Financeiro da Concessão
14	13	Investimentos
15	14	Imobilizado
16	15	Intangível
17	16	Fornecedores
18	17	Impostos, Taxas e Contribuições e Imposto de Renda e Contribuição Social
19	18	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
20	19	Encargos Regulatórios
21	20	Obrigações Pós-Emprego
22	21	Provisões
23	22	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
24	23	Receita
25	24	Custos e Despesas Operacionais
26	25	Receitas e Despesas Financeiras
27	26	Transações com Partes Relacionadas
28	27	Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos
29	28	Mensuração Pelo Valor Justo
(*)	29	Efeitos da Medida Provisória 579 de 11 de Setembro de 2012 (Convertida na Lei de nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013)
34	31	Evento Subsequente

(*) Informações incluídas no conjunto das demonstrações contábeis a partir do primeiro trimestre de 2013

As notas explicativas do relatório anual de 2012 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não seria aplicável às informações intermediárias são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
4	Das Concessões e os efeitos da Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012 (convertida na lei nº 12.783 sancionada em 11 de janeiro de 2013)
30	Seguros
31	Obrigações Contratuais
33	Demonstração do Fluxo de Caixa

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da Companhia.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas da Cemig, incluídas na consolidação são como segue:

Sociedades Controladas	Forma de Avaliação	30/09/2013		31/12/2012		01/01/2012	
		Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)	Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)	Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)
Cemig Geração e Transmissão	Consolidação	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Cemig Distribuição	Consolidação	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Cemig Telecom	Consolidação	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Rosal Energia	Consolidação	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Sá Carvalho	Consolidação	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Horizontes Energia	Consolidação	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Usina Térmica Ipatinga	Consolidação	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Cemig PCH	Consolidação	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Cemig Capim Branco Energia	Consolidação	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Cemig Trading	Consolidação	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Efficientia	Consolidação	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Central Termelétrica de Cogeração	Consolidação	100,00	-	100,00	-	100,00	-
UTE Barreiro	Consolidação	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica	Consolidação	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Cemig Serviços	Consolidação	100,00	-	100,00	-	100,00	-

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado			Controladora		
	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Contas Bancárias	62.633	73.352	87.448	5.618	6.065	6.664
Aplicações Financeiras						
Certificados de						
Depósitos Bancários	1.992.996	1.785.305	1.762.162	410.193	1.046.728	191.004
Outros	55.515	60.468	254.260	11.073	4.329	29.027
	<u>2.048.511</u>	<u>1.845.773</u>	<u>2.016.422</u>	<u>421.266</u>	<u>1.051.057</u>	<u>220.031</u>
	<u>2.111.144</u>	<u>1.919.125</u>	<u>2.103.870</u>	<u>426.884</u>	<u>1.057.122</u>	<u>226.695</u>

As aplicações financeiras correspondem à operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do CDI, Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 85% a 112% conforme operação). As operações compromissadas afirmam em suas respectivas notas de negociação o compromisso de recompra do título pelo Banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério da Companhia.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 27.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado.

	Consolidado			Controladora		
	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Aplicações Financeiras						
Circulante						
Certificados de Depósitos						
Bancários	1.713.447	378.576	356.327	886.671	3.845	180.000
Letras Financeiras - Bancos	426.091	220.606	-	105.530	19.276	-
Letras Financeiras do						
Tesouro	222.204	-	-	68.782	-	-
Debêntures	54.452	56.081	-	13.486	3.979	-
Outros	22.274	1.879	-	5.650	263	-
	<u>2.438.468</u>	<u>657.142</u>	<u>356.327</u>	<u>1.080.119</u>	<u>27.363</u>	<u>180.000</u>
Não Circulante						
Certificados de Depósitos						
Bancários	24.356	7.553	-	3.556	4	-
Letras Financeiras - Bancos	89.236	76.996	-	22.101	6.017	-
Debêntures	6.816	1.715	-	1.040	123	-
Outros	633	12.852	-	805	1.483	-
	<u>121.041</u>	<u>99.116</u>	<u>-</u>	<u>27.502</u>	<u>7.627</u>	<u>-</u>
	<u>2.559.509</u>	<u>756.258</u>	<u>356.327</u>	<u>1.107.621</u>	<u>34.990</u>	<u>180.000</u>

A classificação destes títulos e valores mobiliários, de acordo com as categorias previstas nas práticas contábeis adotadas no Brasil, está apresentada na nota explicativa nº 27.

6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

	Consolidado		
	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Fornecimento Faturado	1.747.514	1.769.363	1.725.958
Fornecimento não Faturado	453.586	513.926	498.832
Suprimento a Outras Concessionárias	324.931	290.136	241.302
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(525.434)	(515.100)	(336.921)
	2.000.597	2.058.325	2.129.171
Ativo Circulante	1.756.009	1.837.175	2.067.349
Ativo não Circulante	244.588	221.150	61.822

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na nota explicativa nº 27.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Residencial	139.749	134.512	118.206
Industrial	254.132	251.428	83.533
Comércio, Serviços e Outras	82.518	80.607	80.813
Rural	18.072	17.832	17.916
Poder Público	5.103	4.305	4.726
Iluminação Pública	11.166	12.182	13.693
Serviço Público	10.278	9.667	12.126
Outros	4.416	4.567	5.908
	525.434	515.100	336.921

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

	31/12/2012 Reapresentado	Constituições	Baixas	30/09/2013
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	515.100	50.056	(39.722)	525.434

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado			Controladora		
	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Circulante						
ICMS a Recuperar	117.520	115.179	101.961	3.429	3.429	3.843
PIS-PASEP	8.261	7.399	10.507	9	-	-
COFINS	38.070	87.808	111.810	40	57.282	67.342
Outros	6.531	6.360	4.276	1.385	1.389	1.385
	<u>170.382</u>	<u>216.746</u>	<u>228.554</u>	<u>4.863</u>	<u>62.100</u>	<u>72.570</u>
Não Circulante						
ICMS a Recuperar	239.227	222.851	203.402	4.754	4.754	4.334
PIS-PASEP	24.922	29.455	13.254	-	-	-
COFINS	115.071	139.301	64.596	3	3	-
Outros	1	1	-	-	-	-
	<u>379.221</u>	<u>391.608</u>	<u>281.252</u>	<u>4.757</u>	<u>4.757</u>	<u>4.334</u>
	<u>549.603</u>	<u>608.354</u>	<u>509.806</u>	<u>9.620</u>	<u>66.857</u>	<u>76.904</u>

Os créditos de ICMS, PIS/PASEP e COFINS são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ de anos anteriores e às antecipações em 2013 que serão compensadas com tributos federais a pagar, apurados para o ano de 2013, registrados na rubrica de Impostos e Contribuições.

	Consolidado			Controladora		
	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Circulante						
Imposto de Renda	141.346	171.248	103.461	-	-	-
Contribuição Social	21.617	57.720	31.760	-	-	-
	<u>162.963</u>	<u>228.968</u>	<u>135.221</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Não Circulante						
Imposto de Renda	27.728	25.462	17.211	27.728	25.462	17.211
Contribuição Social	33.995	2.449	2.337	33.995	2.449	2.337
	<u>61.723</u>	<u>27.911</u>	<u>19.548</u>	<u>61.723</u>	<u>27.911</u>	<u>19.548</u>
	<u>224.686</u>	<u>256.879</u>	<u>154.769</u>	<u>61.723</u>	<u>27.911</u>	<u>19.548</u>

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Cemig e suas controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado			Controladora		
	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Créditos Tributários						
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	249.562	285.629	337.861	249.562	285.629	337.861
Provisões	94.236	82.511	95.990	35.073	42.057	55.697
Obrigações Pós-Emprego	640.370	616.380	403.131	58.818	57.175	27.045
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	181.639	178.125	123.988	8.024	7.628	8.629
Tributos com exigibilidade suspensa (1)	179.217	179.217	179.257	-	-	-
Concessão Onerosa	65.757	64.790	61.941	-	-	-
Conta de Compensação da Variação de Itens da Parcela "A" (CVA) (2)	64.536	168.344	-	-	-	-
Outros	57.081	26.490	45.082	3.006	2.206	2.455
Total	1.532.398	1.601.486	1.247.250	354.483	394.695	431.687
Obrigações Diferidas						
Custo de Captação	(4.117)	(5.476)	(4.303)	-	(2.058)	-
Variação cambial	-	(20.485)	(17.645)	-	-	-
Custo atribuído	(353.123)	(385.024)	(441.950)	-	-	-
Ajuste a valor presente	(83.180)	(83.725)	(80.483)	-	-	-
Conta de Compensação da Variação de Itens da Parcela "A" (CVA) (2)	-	-	(82.078)	-	-	-
Encargos Capitalizados	(36.845)	(27.261)	(21.248)	-	-	-
Tributos sobre rendas não resgatadas – Lucro Presumido	(2.359)	(1.939)	(1.410)	-	-	-
Ganho indenização de ativos de transmissão	(80.844)	(80.844)	-	-	-	-
Total	(560.468)	(604.754)	(649.117)	-	(2.058)	-
Total Líquido	971.930	996.732	598.133	354.483	392.637	431.687
Total do Ativo	1.231.942	1.303.920	931.438	354.483	392.637	431.687
Total do Passivo	(260.012)	(307.188)	(333.305)	-	-	-

(1) Referente ao depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS;

(2) Ajuste decorrente da Lei 11.638/2007 – Regime Tributário de Transição (RTT), em função da adoção das normas IFRS.

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.123.638	2.911.072	2.392.496	2.165.632
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(1.062.037)	(989.764)	(813.449)	(736.315)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial	176.368	237.431	688.146	757.786
Juros sobre capital próprio recebido de investidas	-	(10.352)	-	(10.352)
Contribuições e Doações Indedutíveis	(3.929)	(4.678)	(485)	(95)
Incentivo Fiscal	17.136	20.810	1.708	-
Créditos Fiscais não Reconhecidos	3.834	(8.079)	167	(8.677)
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	22.743	20.906	-	-
Ajuste no Imposto de Renda e Contribuição Social de Exercício Anterior	(2.579)	1.095	(487)	1.095
Outros	(3.748)	(5.690)	3.330	3.677
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	(852.212)	(738.321)	(121.070)	7.119
Alíquota Efetiva	27,28	25,36	5,06	0,33
Imposto Corrente	(825.680)	(963.354)	(82.918)	-
Imposto Diferido	(26.532)	225.033	(38.152)	7.119

	Consolidado		Controladora	
	01/07/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012 Reapresentado	01/07/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/07/2012 Reapresentado
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	982.750	1.168.769	797.577	929.906
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(334.135)	(397.381)	(271.177)	(316.168)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial	118.696	156.618	261.462	328.124
Juros sobre capital próprio (recebido) revertido de investidas	12.304	(6.325)	-	(6.325)
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.875)	(2.268)	(478)	35
Incentivo Fiscal	8.005	11.222	1.421	-
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(317)	477	(33)	513
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	5.555	8.702	-	-
Ajuste no Imposto de Renda e Contribuição Social de Exercício Anterior	1.366	(312)	-	(312)
Outros	(3.508)	(2.371)	69	1.358
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	(193.909)	(231.638)	(8.736)	7.225
Alíquota Efetiva	19,73%	19,82%	1,10%	0,78%
Imposto Corrente	(240.700)	(297.987)	3.401	-
Imposto Diferido	46.791	66.349	(12.137)	7.225

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente a exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado			Controladora		
	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Trabalhista	313.313	237.780	206.646	37.854	27.034	24.389
Obrigações Fiscais						
Imposto de Renda sob JCP	14.478	14.774	14.010	-	-	-
ITCD (a)	-	120.096	115.918	-	120.096	115.918
PASEP/COFINS (b)	719.845	719.180	719.470	-	-	-
Outros	66.022	50.398	38.948	56.349	44.219	34.696
	800.345	904.448	888.346	56.349	164.315	150.614
Outros						
Regulatório	33.339	33.151	33.852	13.148	12.704	21.070
Responsabilidade Civil	16.647	7.806	28.587	13.842	6.464	7.165
Relações de Consumo	4.980	1.833	13.392	2.120	74	11.653
Bloqueio Judicial	18.274	110.198	94.685	10.908	55.688	50.172
Outros	4.065	5.291	10.724	3.162	4.423	10.658
	77.305	158.279	181.240	43.180	79.353	100.718
	1.190.963	1.300.507	1.276.232	137.383	270.702	275.721

- (a) A companhia recebeu o montante devidamente atualizado correspondente ao depósito relacionado à contingência do ITCD, em função do ganho na ação judicial que discutia sua incidência sobre as parcelas recebidas como participação financeira do consumidor.
- (b) Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na nota explicativa nº 17.

10. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)

Em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e o conseqüentemente aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País, o Governo Federal, através do Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas.

Estes repasses foram reconhecidos na demonstração de resultados como uma compensação dos custos com energia elétrica comprada no mercado de curto prazo. Do saldo dos repasses de recursos apresentado no balanço patrimonial, em 30 de setembro de 2013, no montante de R\$39.116, referente ao período de julho a setembro de 2013, R\$25.915 foram recebidos em outubro de 2013, sendo o restante previsto para ser recebido em novembro de 2013.

11. CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS

Em 20 de novembro de 2012, o Governo do Estado de Minas Gerais e a Companhia celebraram um Termo de Compromisso, que teve por finalidade viabilizar a antecipação do pagamento integral das obrigações decorrentes do Contrato referente as Contas de Resultado a Compensar – CRC (“Contrato CRC”). Ao valor atualizado do saldo devedor foi aplicado um desconto de aproximadamente 35% para depósito à vista pelo Estado de Minas Gerais na conta da Companhia.

No termo de Compromisso, o Estado de Minas Gerais reconheceu e declarou o débito de sua responsabilidade em função do Contrato CRC, no valor de face de R\$6.282.551, data base de 31 de outubro de 2012, e que após a aplicação de 35%, totalizou o montante de R\$4.083.658. Este montante foi corrigido e acrescido dos juros previstos no Contrato CRC até a data do efetivo pagamento, considerando o prazo limite de até 30 dias úteis a partir do ingresso dos recursos, de cada operação de crédito do Estado de Minas Gerais que viabilizou a operação.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor de R\$4.083.658 acrescido de juros e correção monetária perfazia um total de R\$4.167.907, que deduzido do valor das contas a receber advindas do FIDC (R\$1.785.045), gerou um ganho financeiro de R\$2.382.862, registrado no resultado do exercício de 2012.

Do valor recebido pela Companhia, o Estado reteve e repassou à União o valor de R\$403.162, referente ao Termo de Conciliação firmado para por fim à demanda judicial existente entre a Cemig e a União relacionada à extinta Conta CRC.

A movimentação dos valores da CRC foram como segue:

	Consolidado e Controladora
Valor recebido do FIDC	1.785.045
Atualização monetária do contrato em conformidade às condições pactuadas com o Estado	2.382.862
Valor retido pelo Estado - ação judicial da extinta conta da CRC	(403.162)
Valores líquidos quitados pelo Estado	(1.342.646)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.422.099
Atualização monetária do contrato em conformidade as condições pactuadas com o Estado	43.547
Valores líquidos quitados pelo Estado no 1º trimestre de 2013	(2.465.646)
Saldo em 30 de setembro de 2013	-

12. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, item 2.6 (g) das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012, os contratos de distribuição e transmissão da Companhia e suas controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig e suas controladas e a ANEEL.

Dos valores registrados nessa rubrica, R\$542.081 referem-se à indenização prevista para os ativos de transmissão relativos ao contrato de concessão 006/97, formados até maio de 2000, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

O saldo restante relativo às concessões de transmissões refere-se a investimentos que serão remunerados através de tarifa, conforme estabelecido pela Aneel através de autorizações específicas.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

Consolidado	Saldos em 30/09/2013	Saldos em 31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Concessões de Distribuição	4.960.916	4.757.735	3.118.126
Concessões de Transmissão Novas	45.525	47.258	49.910
Concessões de Transmissão Antigas/Renovadas	751.912	958.162	708.428
Total	5.758.353	5.763.155	3.876.464
Ativo Circulante	2.254	287.692	42.106
Ativo Não Circulante	5.756.099	5.475.463	3.834.358

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	5.763.155
Adição	80.696
Baixas	(13.753)
Transferências	216.286
Recebimentos	(288.031)
Saldo em 30 de setembro de 2013	5.758.353

A ANEEL, em cumprimento à Portaria 267 de 13 de agosto de 2013, realizará estudos para a definição do Valor Novo de Reposição - VNR relativo aos ativos considerados não depreciados, existentes em 31 de maio de 2000, das concessões de transmissão de energia elétrica alcançadas pelo art. 17, § 5º, da Lei no 9.074/95 e definirá, até 31 de dezembro de 2013, a regra e os prazos para o envio, pelas concessionárias de transmissão, das informações necessárias para o cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis existentes em 31 de maio de 2000, não depreciados até 31 de dezembro de 2012. A ANEEL abriu a Audiência Pública Nº 101/2013 com o intuito de obter subsídios para o estabelecimento de critérios e procedimentos que viabilizará a valoração de tais ativos. Caberá ao Ministério de Minas e Energia definir as diretrizes complementares com relação à forma e prazo de pagamento dos valores de que trata a referida Portaria.

13. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações apresentadas abaixo foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

	Consolidado			Controladora		
	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	6.447.527	5.394.624	5.072.962
Hidrelétrica Cachoeirão	33.396	32.435	26.702	-	-	-
Guanhães Energia	70.153	20.001	10.443	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca	25.653	20.419	19.511	-	-	-
Cemig Baguari Energia	9	17	22	-	-	-
Madeira Energia	559.678	427.944	165.558	-	-	-
Lightger	43.561	40.265	39.084	-	-	-
Baguari Energia	202.928	193.828	198.041	-	-	-
EBTE	-	153.618	143.770	-	-	-
Central Eólica Praias de Parajuru	59.078	59.991	61.546	-	-	-
Central Eólica Volta do Rio	74.966	74.136	82.392	-	-	-
Central Eólica Praias de Morgado	60.499	62.352	63.629	-	-	-
TAESA	2.370.718	2.251.093	2.060.362	-	-	-
Amazônia Energia	271.786	203.272	105.364	-	-	-
Cemig Distribuição	-	-	-	2.649.412	2.193.779	2.617.968
Light	1.165.582	1.104.282	1.157.578	1.165.582	1.104.282	1.147.158
Cemig Telecom	-	-	-	248.148	247.976	287.909
Ativas Data Center	4.397	-	-	-	-	-
Gasmig	570.691	508.077	444.991	570.691	508.077	444.991
Rosal Energia	-	-	-	145.717	145.252	158.676
Sá Carvalho	-	-	-	121.246	123.898	123.571
Horizontes Energia	-	-	-	77.409	77.404	73.203
Usina Térmica Ipatinga	-	-	-	26.545	25.895	37.577
Cemig PCH	-	-	-	87.957	91.866	95.228
Cemig Capim Branco Energia	-	-	-	135.999	125.568	42.592
Epícares Empreendimentos e Participações Ltda	100.570	-	-	-	-	-
Companhia Transleste de Transmissão	28.257	26.516	24.020	28.257	26.516	24.020
UTE Barreiro	-	-	-	35.482	33.022	23.034
Companhia Transudeste de Transmissão	13.165	13.542	13.150	13.165	13.542	13.150
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	-	-	-	9.793	12.368	239
Companhia Transirapé de Transmissão	13.483	11.528	10.525	13.483	11.528	10.525
Transchile	51.722	47.840	42.850	51.722	47.840	42.850
Efficientia	-	-	-	6.092	10.954	11.334
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	-	-	-	5.917	6.006	6.348
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.628	21.329	20.912	20.628	21.329	20.912
Cemig Trading	-	-	-	46.275	21.652	13.008
Empresa Paraense de Transmissão de Energia (ETEP)	-	131.656	132.203	-	131.656	132.203
Empresa Norte de Transmissão de Energia (ENTE)	-	304.432	307.211	-	304.432	307.211
Empresa Regional de Transmissão de Energia (ERTE)	-	72.853	73.432	-	72.853	73.432
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia (EATE)	-	670.304	672.559	-	670.304	672.559
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia (ECTE)	-	42.677	44.983	-	42.677	44.983
Axiom Soluções Tecnológicas	4.995	4.958	4.253	4.995	4.958	4.253
Cemig Serviços	-	-	-	-	1.421	2.310
Parati	376.645	355.888	358.459	376.645	355.888	358.459
Gasmig (Investimento em Curso)	-	-	67.759	-	-	67.223
	6.122.560	6.855.253	6.351.309	12.288.687	11.827.567	11.929.888

a) A movimentação dos Investimentos, em empresas controladas e controladas em conjunto, é a seguinte:

	31/12/2011 Publicado	Efeitos Adoção CPC 33 Benefício Pós Emprego	01/01/2012 Reapresentado	31/12/2012 Publicado	Efeitos Adoção CPC 33 Benefício Pós Emprego	31/12/2012 Reapresentado	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Alienação TBE	Dividendos	Outros	30/09/2013
Cemig Geração e Transmissão	5.086.076	(13.114)	5.072.962	5.494.981	(100.357)	5.394.624	1.141.480	-	-	(88.577)	-	6.447.527
Cemig Distribuição	2.656.463	(38.495)	2.617.968	2.463.149	(269.370)	2.193.779	455.633	-	-	-	-	2.649.412
Cemig Telecom	287.909	-	287.909	247.976	-	247.976	339	(167)	-	-	-	248.148
Rosal Energia	158.676	-	158.676	145.252	-	145.252	14.281	-	-	(13.816)	-	145.717
Sá Carvalho	123.571	-	123.571	123.898	-	123.898	22.484	-	-	(25.136)	-	121.246
Gasmig	444.991	-	444.991	508.077	-	508.077	62.614	-	-	-	-	570.691
Horizontes Energia	73.203	-	73.203	77.404	-	77.404	6.383	-	-	(6.378)	-	77.409
Usina Térmica Ipatinga	37.577	-	37.577	25.895	-	25.895	8.995	-	-	(8.345)	-	26.545
Cemig PCH	95.228	-	95.228	91.866	-	91.866	8.335	-	-	(12.244)	-	87.957
Cemig Capim Branco Energia	42.592	-	42.592	125.568	-	125.568	41.815	-	-	(31.384)	-	135.999
Companhia Transleste de Transmissão	24.020	-	24.020	26.516	-	26.516	4.708	-	-	(2.967)	-	28.257
UTE Barreiro	23.034	-	23.034	33.022	-	33.022	4.441	-	-	(1.981)	-	35.482
Companhia Transudeste de Transmissão	13.150	-	13.150	13.542	-	13.542	2.359	-	-	(2.736)	-	13.165
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	239	-	239	12.368	-	12.368	9.209	-	-	(11.784)	-	9.793
Companhia Transirapé de Transmissão	10.525	-	10.525	11.528	-	11.528	2.549	-	-	(594)	-	13.483
Transchile	42.850	-	42.850	47.840	-	47.840	(918)	4.800	-	-	-	51.722
Efficientia	11.334	-	11.334	10.954	-	10.954	(1.170)	-	-	(3.692)	-	6.092
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	6.348	-	6.348	6.006	-	6.006	177	-	-	(266)	-	5.917
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.912	-	20.912	21.329	-	21.329	3.034	-	-	(3.735)	-	20.628
Light	1.160.184	(13.026)	1.147.158	1.149.109	(44.827)	1.104.282	85.046	-	-	(23.746)	-	1.165.582
Cemig Trading	13.008	-	13.008	21.652	-	21.652	46.082	-	-	(21.459)	-	46.275
Empresa Paraense de Transmissão de Energia (ETEP)	132.203	-	132.203	131.656	-	131.656	8.495	-	(132.964)	(7.187)	-	-
Empresa Norte de Transmissão de Energia (ENTE)	307.211	-	307.211	304.432	-	304.432	22.167	-	(309.677)	(16.922)	-	-
Empresa Regional de Transmissão de Energia (ERTE)	73.432	-	73.432	72.853	-	72.853	4.999	-	(71.906)	(5.946)	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia (EATE)	672.559	-	672.559	670.304	-	670.304	50.019	-	(685.310)	(35.013)	-	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia (ECTE)	44.983	-	44.983	42.677	-	42.677	1.985	-	(41.752)	(2.910)	-	-
Axxiom Soluções Tecnológicas	4.253	-	4.253	4.958	-	4.958	37	-	-	-	-	4.995
Cemig Serviços	2.310	-	2.310	1.421	-	1.421	(2.375)	-	-	-	954	-
Parati	358.459	-	358.459	366.915	(11.027)	355.888	20.755	2	-	-	-	376.645
Gasmig (Investimento em curso)	67.223	-	67.223	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	11.994.523	(64.635)	11.929.888	12.253.148	(425.581)	11.827.567	2.023.958	4.635	(1.241.609)	(326.818)	954	12.288.687

b) As principais informações, sobre as controladas e controladas em conjunto, estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 30 de setembro de 2013			Em 31 de dezembro 2012		
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	3.296.785	6.447.527	100,00	3.296.785	5.494.981
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.649.412	100,00	2.261.998	2.463.149
Light	203.934.060	26,06	2.225.822	4.472.686	26,06	2.225.822	3.264.677
Cemig Telecom	381.023.385	100,00	225.082	248.148	100,00	225.082	247.976
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	145.717	100,00	46.944	134.201
Sá Carvalho	36.833.380	100,00	36.833	121.246	100,00	36.833	123.898
Gasmig	409.255.483	59,57	643.780	958.017	59,57	643.780	808.466
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	77.409	100,00	64.258	77.404
Usina Térmica Ipatinga	14.174.281	100,00	14.174	26.546	100,00	14.174	25.895
Cemig PCH	30.952.000	100,00	30.952	87.957	100,00	30.952	91.866
Cemig Capim Branco Energia	5.528.000	100,00	5.528	135.999	100,00	5.528	125.568
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	113.028	25,00	49.569	106.065
UTE Barreiro	30.902.000	100,00	30.902	35.482	100,00	30.902	33.022
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	54.854	24,00	30.000	56.423
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	486.000	100,00	486	9.793	100,00	486	12.368
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	55.033	24,50	22.340	47.052
Transchile	56.407.271	49,00	135.269	105.555	49,00	123.957	97.633
Efficientia	6.051.944	100,00	6.052	6.092	100,00	6.052	10.954
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	5.000.000	100,00	5.001	5.917	100,00	5.001	6.006
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	51,00	28.000	40.447	51,00	28.000	41.821
Cemig Trading	160.297	100,00	160	46.275	100,00	160	21.652
Empresa Paraense de Transmissão de Energia (ETEP)	-	-	-	-	49,98	89.390	177.954
Empresa Norte de Transmissão de Energia (ENTE)	-	-	-	-	49,99	160.337	369.372
Empresa Regional de Transmissão de Energia (ERTE)	-	-	-	-	49,99	36.941	83.926
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia (EATE)	-	-	-	-	49,98	355.697	863.941
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia (ECTE)	-	-	-	-	19,09	42.095	118.013
Axxiom Soluções Tecnológicas	9.200.000	49,00	9.200	10.194	49,00	9.200	10.118
Cemig Serviços	5.100.000	100,00	5.100	(954)	100,00	5.100	1.421
Parati	1.432.910.000	25,00	1.432.910	1.506.584	25,00	1.432.910	1.467.660

Sociedades	Quantidade de Ações	Janeiro a setembro de 2013		Janeiro a setembro de 2012	
		Dividendos	Lucro (Prejuízo)	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	88.577	1.141.480	605.733	1.461.702
Cemig Distribuição	2.261.997.787	-	455.633	243.566	409.311
Light	203.934.060	91.120	326.347	252.901	292.289
Cemig Telecom	381.023.385	-	339	-	3.922
Rosal Energia	46.944.467	13.816	14.281	20.106	14.785
Sá Carvalho	36.833.380	25.136	22.484	21.386	21.471
Gasmig	409.255.483	-	105.110	54.369	72.870
Horizontes Energia	64.257.563	6.378	6.383	5.939	10.484
Usina Térmica Ipatinga	29.174.281	8.345	8.995	4.903	8.247
Cemig PCH	30.952.000	12.244	8.335	15.000	11.801
Cemig Capim Branco Energia	5.528.000	31384	41.815	30.459	32.343
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	11.868	18.832	8.268	15.837
UTE Barreiro	30.902.000	1.981	4.441	-	5.877
Companhia Transsudeste de Transmissão	30.000.000	11.400	9.829	4.500	59.172
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	486.000	11.784	9.209	-	1.920
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	2.424	10.404	3.237	7.528
Transchile	56.407.271	-	(1.873)	-	801
Efficientia	6.051.994	3.692	(1.170)	4.229	6.305
Central Termelétrica de Cogeração	5.000.000	266	177	627	293
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	7.324	5.949	-	6.080
Cemig Trading	160.297	21.459	46.082	12.816	23.452
Empresa Paraense de Transmissão de Energia (ETEP)	45.000.010	-	-	26.785	35.478
Empresa Norte de Transmissão de Energia (ENTE)	100.840.000	-	-	59.222	80.212
Empresa Regional de Transmissão de Energia (ERTE)	36.940.800	-	-	15.135	16.248
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia (EATE)	180.000.010	-	-	90.106	180.026
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia (ECTE)	42.095.000	-	-	13.049	32.221
Axxiom Soluções Tecnológicas	9.200.000	-	76	-	1.488
Cemig Serviços	5.100.000	-	(2.375)	-	(1.485)
Parati	1.432.910.000	-	83.024	-	55.867

Operação de Reestruturação Societária com a TAESA

Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão

Em 17 de maio de 2012, celebrou-se um Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão com a controlada em conjunto indireta Taesa, por meio do qual será transferida para aquela Companhia, através da alienação dos ativos, a totalidade das participações acionárias detidas pela CEMIG GT na EBTE (49%). Com a transferência a Taesa passará a deter 74,49% da EBTE, considerando participação de 49% cedida pela Cemig Geração e Transmissão e participação indireta por meio da EATE de 51%, observado que a Taesa passará a deter 49,98% das ações da EATE após a transferência da mesma pela Companhia Energética de Minas Gerais, conforme descrito abaixo.

Neste mesmo acordo, a CEMIG transferirá para a Taesa, a totalidade das ações das empresas de transmissão de energia elétrica do Grupo TBE: ETEP (49,98%); ENTE (49,99%); ERTE (49,99%); EATE (49,98%) e ECTE (19,09%).

Conforme previsto no Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão, a Taesa não poderá alienar, ceder ou transferir sua participação nas sociedades do Grupo TBE pelo período de 120 meses a contar da data da efetiva transferência das referidas participações societárias, salvo se previamente autorizada pela CEMIG. Durante o período acima mencionado, a Taesa poderá realizar a alienação, cessão ou transferência, total ou parcial, de qualquer participação acionária que detenha nas sociedades do Grupo TBE, desde que transfira à CEMIG a diferença positiva obtida na referida alienação, cessão ou transferência, comparando-se o valor da alienação, cessão ou transferência ao valor da transferência das sociedades do Grupo TBE para a Taesa, devidamente atualizado pela variação da taxa SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil até o dia da efetivação da alienação, cessão ou transferência.

Em complemento ao disposto no Fato Relevante de 17 de maio de 2012, a ANEEL aprovou, em 09 de abril de 2013, as transferências, para a Taesa, (i) dos controles societários diretos das concessionárias de transmissão ECTE, ERTE, ENTE, ETEP, EATE e EBTE, e (ii) dos controles societários indiretos das concessionárias de transmissão de energia elétrica Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC, Lumitrans – Companhia Transmissora de Energia, Empresa Santos Dumont de Energia S.A. – ESDE e Empresa de Transmissão Serrana – ETSE, detidos pela Companhia e por sua subsidiária integral Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig-GT.

A alienação foi concluída em 31 de maio de 2013 e, a Taesa desembolsou pela transferência dos ativos adquiridos o valor total de R\$1.691.415, já corrigidos pela variação acumulada do CDI a partir de 31 de dezembro de 2011, descontados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio declarados, pagos ou não.

Por conta desta transação, a Companhia registrou ganho no resultado do período, como demonstrado na tabela abaixo:

	Consolidado	Controladora
Valor recebido pelos ativos	1.691.415	1.619.987
Valor registrado dos ativos	(1.407.117)	(1.241.609)
Subtotal	284.298	378.378
Efeitos fiscais – IR e CS	(96.661)	(128.649)
Ganho não realizado na alienação	(80.684)	(80.684)
Efeito líquido no resultado do período	106.953	169.045

A diferença entre os valores consolidados e controladora deve-se aos efeitos apurados na Cemig GT, considerando que esta empresa era a acionista da EBTE.

Transferência de controle

A Resolução Autorizativa da ANEEL nº 3.845 de 15 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 12 de 17.01.2013, Seção 01, pág 53; anuiu à reestruturação societária da Taesa, controlada em conjunto da Cemig GT, mediante as incorporações da STE e ATE na UNISA e em ato contínuo da NTE e da UNISA em Taesa, gerando as transferências das respectivas concessões das incorporadas, e às transferências de controle da ATE II e ATE III, detidas pela UNISA para a Taesa. As concessionárias têm 120 (cento e vinte) dias para implementação das transferências e 30 (trinta) dias, após implementadas, para apresentação dos documentos comprobatórios, bem com 60 (sessenta) dias para assinarem os Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão impactados pelas operações anuídas.

Investimento na Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG

A CEMIG investe no segmento de gás através da Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG. A GASMIG registra seus ativos relacionados a infraestrutura de distribuição de gás de acordo com os requerimentos do ICPC01 “*Contratos de Concessão*”. Assim, a parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um Ativo Intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A Companhia mensura a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente depreciada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A Administração da GASMIG entende que os ativos financeiros de gás serão indenizados pelo poder concedente, ou seja, o Governo do Estado de Minas Gerais, ao final da concessão, indenizará o valor dos investimentos realizados nos últimos cinco anos da concessão. Para os saldos dos ativos financeiros determinados pelos demais bens vinculados à concessão, a Administração da GASMIG entende, suportada por Nota Jurídica emitida pela Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, que serão sujeitos a indenização, no advento do término da concessão, por uma das opções seguintes: (i) pelo novo concessionário, em caso de não renovação da concessão; (ii) pela prorrogação do contrato de concessão, a fim de que se promova o reequilíbrio contratual em prazo razoável e necessário para que se opere a amortização dos ativos que lastream os referidos ativos financeiros; e (iii) por meio de aditamento contratual que ratifique a cláusula de indenização para garantir a indenização dos bens não amortizados ao final da concessão. Essas opções ainda estão em processo de definição entre as partes.

Investimento na Madeira Energia S.A. - MESA

Em 30 de setembro de 2013, a coligada Madeira Energia S.A. – MESA (“MESA”), apresentava excesso de passivos consolidados sobre ativos circulantes consolidados no montante de R\$355.102, decorrente, principalmente, por conta de pagamentos a fornecedores e provisões socioambientais. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA conta com aportes de recursos dos seus acionistas, estimados em R\$300.000 (não revisado pelos auditores independentes), a serem efetuados no próximo trimestre de 2013, bem como linhas de crédito, empréstimos e financiamentos com perfis de longo prazo em negociação, caso necessário.

Investimento na Amazônia Energia S.A. - NESA

Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia Energia”) tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. A participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,8% do capital. Em 26 de agosto de 2010, a NESA assinou Contrato de Concessão No 001/2010 com a União através do MME – Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. Ainda de acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada da usina será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% destinada ao mercado livre (ACL).

A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. Em função de manifestações de representações de comunidades da região da construção do empreendimento ocorreram paralisações nas obras. Essas paralisações não prejudicaram o cronograma final da obra. Estão em fase de discussão, entre a NESA e os fornecedores, eventuais impactos nos custos do empreendimento.

Opções de venda

A controlada Cemig GT concedeu a Fundo de Participações que é acionista da Taesa uma opção de venda de suas ações da Companhia na data de 30 de outubro de 2014. A opção é calculada através da soma do valor dos aportes do Fundo na Taesa, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos pagos pela Taesa. Sobre o valor líquido haverá atualização pelo IPCA-IBGE acrescido de remuneração financeira.

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações Redentor, que é acionista da Parati, uma opção de venda da totalidade das ações da Parati de propriedade do Fundo, exercível em maio de 2016. O preço de exercício da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na Parati, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela Parati. Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo CDI acrescido de remuneração financeira de 0,9% ao ano.

Os Fundos de Participação possuem ações ordinárias e preferencias emitidas pela Taesa e Light, e atualmente exercem o controle em conjunto com a Companhia sobre as atividades dessas companhias. Desta maneira, estas opções foram consideradas instrumentos derivativos que devem estar contabilizados pelo seu valor justo através dos resultados.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração dos valores justos de referidas opções, a Companhia observou o volume das ações da Light e da Taesa negociadas diariamente em bolsa de valores, e o fato de que tais opções, se exercidas pelos Fundos, requererão a venda para a Companhia, de uma única só vez, das ações das referidas empresas em uma quantidade superior às médias diárias de negociação em bolsa. Desta forma, a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração dos valores justos das opções. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto das opções de venda, também estimado na data do exercício das opções, trazidos a valor presente na data das demonstrações contábeis.

Com base nos estudos realizados, a Cemig não registrou obrigações em suas informações contábeis intermediárias decorrentes dessas opções, tendo em vista que a estimativa do valor justo das opções aproxima-se de zero.

Aquisição de participação no Consórcio da Usina de Capim Branco

A Cemig Capim Branco Energia S/A, (“Cemig Capim Branco”), subsidiária integral da Cemig, concluiu em 28 de maio de 2013 a aquisição de 30,3030% de participação na Sociedade de Propósito Específico – SPE “Epícares Empreendimentos e Participações Ltda”, empresa do Grupo Paineiras, que detém 17,89% de participação no Consórcio Capim Branco Energia (“Consórcio”). Portanto, esta aquisição corresponde a uma participação adicional de 5,42% no Consórcio.

O valor da avaliação econômica referente à participação adquirida correspondeu a R\$94 milhões.

O valor da aquisição foi apurado através da metodologia do fluxo de caixa descontado, sendo que a diferença entre a consideração transferida e o valor justo dos ativos foi alocada à concessão do empreendimento, tendo a geração de caixa esperada durante o período de vigência da concessão. Este intangível será amortizado de maneira linear de junho de 2013 até agosto de 2036, data de encerramento da concessão.

A seguir estão demonstrados os valores justos da participação adquirida na Epícares Empreendimentos e Participações Ltda, classificados no balanço patrimonial consolidado como investimento em coligadas:

	Valores justos das participações adquiridas (30,30%)
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	200
Contas a receber	1.756
Ativo Imobilizado	55.471
Ativo intangível	56.613
Passivo	
Passivo circulante e não circulante	(598)
Impostos diferidos	(19.258)
Total dos ativos líquidos	94.184
Consideração transferida	94.184

Na data da aquisição o valor do patrimônio líquido contábil da participação adquirida era de R\$55.453.

Aquisição de participação na Brasil PCH

Em 14 de junho de 2013, a Cemig GT celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Petróleo Brasileiro S.A (“PETROBRAS”), para a aquisição de 49% das ações ordinárias da BRASIL PCH (“CCVA Brasil PCH”).

Em 8 de agosto de 2013 a Cemig GT celebrou Acordo de Investimento com Renova Energia S.A. (“RENOVA”), RR Participações S.A., Light Energia S.A. e CHIPLEY, tendo como objetivo regular a entrada da Cemig GT no bloco de controle da RENOVA, bem como a estruturação da CHIPLEY, sociedade com participação da Cemig GT e da RENOVA, para o qual foi cedido o CCVA Brasil PCH.

Nos termos do Acordo de Investimentos, a entrada no capital da RENOVA poderá ser feita diretamente pela Cemig GT ou através de um Fundo de Investimento em Participações, do qual a Cemig GT participe.

A operação de aquisição de participação da Brasil PCH estava sujeita aos direitos de preferência e de venda conjunta pelos demais acionistas da BRASIL PCH. Findo o prazo estabelecido, nenhum acionista exerceu seu direito de preferência e somente a acionista Jobelpa S.A. (“Jobelpa”), detentora de 2% das ações da BRASIL PCH, exercerá o seu direito de venda conjunta (“tag along”).

Portanto, a CHIPLEY irá adquirir 51% de participação na BRASIL PCH (49% detidos pelo PETROBRAS e 2% detidos pela Jobelpa), passando a compartilhar seu controle.

O preço desta aquisição será de R\$676.531, na data base de 31 de dezembro de 2012, atualizados pela variação do CDI acrescida de 2% a.a. até a data do efetivo pagamento.

A conclusão da transação permanece sujeita a outras condições suspensivas, dentre as quais as aprovações pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

14. IMOBILIZADO

Consolidado	30/09/2013			31/12/2012 (Reapresentado)			01/01/2012 (Reapresentado)
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	17.523.092	(11.874.675)	5.648.417	17.523.213	(11.643.000)	5.880.213	6.206.202
Terrenos	380.460	-	380.460	380.460	-	380.460	385.699
Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.456.655	(5.004.293)	2.452.362	7.456.426	(4.904.235)	2.552.191	2.744.642
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2.290.643	(1.560.447)	730.196	2.277.653	(1.535.134)	742.519	682.954
Máquinas e Equipamentos	7.361.786	(5.288.896)	2.072.890	7.381.684	(5.183.872)	2.197.812	2.384.309
Veículos	21.734	(10.256)	11.478	15.190	(9.081)	6.109	7.606
Móveis e Utensílios	11.814	(10.783)	1.031	11.800	(10.678)	1.122	992
Em Curso	232.421	-	232.421	228.516	-	228.516	186.130
Ativos em Formação	232.421	-	232.421	228.516	-	228.516	186.130
Imobilizado Líquido - Consolidado	17.755.513	(11.874.675)	5.880.838	17.751.729	(11.643.000)	6.108.729	6.392.332

A movimentação do Ativo Imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 01/01/2012 Reapresentado	Saldo em 31/12/2012 Reapresentado	Adição/ Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/09/2013
Em Serviço	6.206.202	5.880.213	17.592	(406)	(248.979)	5.648.420
Terrenos	385.699	380.460	-	-	-	380.460
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.744.642	2.552.191	231	(1)	(100.060)	2.452.361
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	682.954	742.519	17.424	(90)	(29.657)	730.196
Máquinas e Equipamentos	2.384.309	2.197.812	(6.697)	(315)	(117.909)	2.072.891
Veículos	7.606	6.109	6.620	-	(1.251)	11.478
Móveis e Utensílios	992	1.122	14	-	(102)	1.034
Em Curso	186.130	228.516	3.902	-	-	232.418
Imobilizado Líquido - Consolidado	6.392.332	6.108.729	21.494	(406)	(248.979)	5.880.838

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.

A depreciação dos itens do ativo imobilizado é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens. O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelo ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há indenização no final da concessão, como geração térmica, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

No caso das usinas hidrelétricas em regime de produção independente, a Companhia entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento.

Rescisão do Contrato de Concessão da UHE Itaocara

Em 8 de agosto de 2013, o Conselho de Administração da Cemig aprovou o requerimento de rescisão do Contrato de Concessão nº 12/2001 (“Contrato de Concessão”) perante à Aneel, na forma do art. 4º - A da Lei nº 9.074/2005, introduzido pela Lei nº 12.839/2013.

O projeto inicial da UHE Itaocara (“Empreendimento”) enfrentou diversas restrições ambientais, tendo sido, inclusive, determinado o arquivamento de seu processo de licenciamento, uma vez que o IBAMA concluiu por sua inviabilidade. Entretanto, o Consórcio, ao longo dos últimos anos, buscou alternativas que viabilizassem ambientalmente o Empreendimento e revertessem os impedimentos então existentes, o que culminou na alteração do projeto, conforme Despacho ANEEL nº 3.634 de 06/09/2011, que definiu uma capacidade instalada de 145 MW. Desta forma, somente em dezembro de 2011 foi obtida a Licença Ambiental Prévia nº 428/2011 (“Licença Prévia”), dando início à etapa seguinte de busca da Licença Ambiental de Instalação, obtida finalmente em 29 de julho de 2013.

Diante do exposto, a decisão pelo requerimento de rescisão do Contrato de Concessão foi baseada na impossibilidade de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato de Concessão, em virtude do indeferimento, pelo Ministério de Minas e Energia, do requerimento para alteração do prazo de vigência deste último - de forma que a contagem do prazo de 35 anos da concessão tivesse início a partir da data da obtenção da Licença Prévia - configurando assim a perda de 12 anos no prazo da concessão e comprometendo o tempo de receita necessário para o retorno do investimento.

Cumprê ressaltar que a Cemig tem a intenção de permanecer com o Contrato de Concessão em caso de superveniência de qualquer decisão do Poder Concedente ou da legislação que possibilite a viabilização financeira da exploração do Empreendimento. Não obstante, a Cemig poderá participar de futuro leilão que licitar novamente o Empreendimento, se julgar conveniente.

Por fim, a Companhia informa que a referida rescisão do Contrato de Concessão não ensejará ônus à Cemig GT, uma vez que lhe serão assegurados os direitos conferidos pelo art. 4º - A da Lei nº 9.074/2005, introduzido pela Lei nº 12.839/2013, quanto (i) à liberação das garantias de cumprimento das obrigações do Contrato de Concessão; (ii) ao não pagamento pelo Uso de Bem Público; e (iii) ao ressarcimento dos custos incorridos na elaboração de estudos ou projetos.

15. INTANGÍVEL

Controladora	30/09/2013			31/12/2012 (Reapresentado)			01/01/2012 (Reapresentado)
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Em Serviço	3.803	(3.361)	442	3.803	(3.319)	484	650
Com Vida Útil Definida							
Direito de uso de softwares	3.711	(3.275)	436	3.794	(3.316)	478	647
Marcas e Patentes	9	(3)	6	9	(3)	6	3
Direito de Exploração de Concessão	-	-	-	-	-	-	-
Em Curso	497	-	497	497	-	497	7
Ativos em formação	497	-	497	497	-	497	7
Intangível Líquido - Controladora	4.300	(3.361)	939	4.300	(3.319)	981	657

Consolidado	30/09/2013			31/12/2012 Reapresentado			01/01/2012 Reapresentado
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Em Serviço	6.852.921	(5.836.167)	1.016.754	6.726.540	(5.556.567)	1.169.973	1.576.518
Com Vida Útil Definida							
Servidão	13.589	(1.901)	11.688	13.175	(1.766)	11.409	11.590
Contrato oneroso de concessão	39.868	(11.521)	28.347	30.647	(9.653)	20.994	23.232
Direito de Exploração de Concessão	6.750.560	(5.788.341)	962.219	6.640.959	(5.508.926)	1.132.033	1.536.866
Outros	48.904	(34.404)	14.500	41.759	(36.222)	5.537	4.830
Em Curso	923.661	-	923.661	704.381	-	704.381	1.202.882
Ativos em formação	923.661	-	923.661	704.381	-	704.381	1.202.882
Intangível Líquido - Consolidado	7.776.582	(5.836.167)	1.940.415	7.430.921	(5.556.567)	1.874.354	2.779.400

A movimentação do ativo intangível consolidado é como segue:

Consolidado	Saldo em 01/01/2012 Reapresentado	Saldo em 31/12/2012 Reapresentado	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 30/09/2013
Em Serviço	1.576.518	1.169.973	18.199	(5.070)	(325.337)	158.989	1.016.754
Com Vida Útil Definida							
Servidão	11.590	11.409	-	-	(68)	347	11.688
Concessão Onerosa	23.232	20.994	9.222	-	(1.869)	-	28.347
Ativos de Concessão	1.536.866	1.132.033	-	(5.070)	(322.279)	157.535	962.219
Outros	4.830	5.537	8.977	-	(1.121)	1.107	14.500
Em Curso	1.202.882	704.381	618.738	(33.201)	-	(366.257)	923.661
Ativos em Formação	1.202.882	704.381	618.738	(33.201)	-	(366.257)	923.661
Intangível Líquido - Consolidado	2.779.400	1.874.354	636.937	(38.271)	(325.337)	(207.268)	1.940.415

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Ativos da concessão

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura de distribuição, que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

Custo de Empréstimo

A Companhia transferiu para o ativo Intangível encargos com empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	30/09/2013	30/09/2012
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	542.650	693.009
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível	(28.188)	(12.691)
Efeito Líquido no Resultado	514.462	680.318

Base Regulatória de Remuneração (“BRR”)

Em 5 de abril de 2013, em reunião da Diretoria da ANEEL, foi homologada a BRR revisada da Controlada Cemig D, no montante de R\$5.511.768. A Companhia aguarda o julgamento de dois recursos interpostos junto à ANEEL, no qual manifesta sua discordância quanto a determinados critérios e valores adotados pelo regulador na definição da BRR, e mantém a expectativa de que resultará num montante superior ao recentemente apresentado.

16. FORNECEDORES

	Consolidado		
	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Energia de curto prazo - CCEE	144.478	104.691	38.323
Encargos de uso da rede elétrica	68.178	104.752	95.112
Energia elétrica comprada para revenda	429.896	582.951	264.552
Itaipu binacional	182.763	180.180	162.071
Materiais e serviços	189.502	337.643	288.513
	1.014.817	1.310.217	848.571
Circulante	1.008.995	1.305.935	843.697
Não Circulante	5.822	4.282	4.874

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações, do Não Circulante, de PASEP/COFINS, referem-se à diferença temporária e ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia e suas Controladas Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão obtiveram liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e mantiveram esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optaram por recolher mensalmente os impostos.

	Consolidado			Controladora		
	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Circulante						
ICMS	319.769	342.648	320.978	18.091	18.091	18.091
COFINS	55.312	103.682	73.591	-	6.927	11.636
PASEP	12.173	22.584	16.054	-	31.907	2.526
INSS	17.427	21.856	23.668	1.662	1.761	2.130
Outros	18.000	24.655	26.617	982	1.433	1.357
	422.681	515.425	460.908	20.735	60.119	35.740
Não Circulante						
COFINS	588.862	563.731	635.126	-	-	-
PASEP	127.845	122.389	137.888	-	-	-
Outros	-	52	356	-	-	-
	716.707	686.172	773.370	-	-	-
	1.139.388	1.201.597	1.234.728	20.735	60.119	35.740

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

	Consolidado		
	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Circulante			
Imposto de Renda	22.370	23.478	22.130
Contribuição Social	7.557	8.468	7.460
	29.927	31.946	29.590

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Consolidado				
				30/09/2013			31/12/2012	01/01/2012
				Circulante	Não Circulante	Total	Reapresentado	Reapresentado
MOEDA ESTRANGEIRA								
ABN AMRO Real S.A.	2013	6,00	US\$	-	-	-	25.603	46.989
Banco do Brasil S.A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	7.173	20.722	27.895	26.831	34.826
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	-	-	-	-	1.387
KFW	2016	4,50	EURO	2.094	4.952	7.046	7.111	8.028
TOSHIBA	2013	LIBOR + 5,36	US\$	7.420	-	7.420	7.420	7.420
Dívida em Moeda Estrangeira				16.687	25.674	42.361	66.965	98.650
MOEDA NACIONAL								
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33% do CDI	R\$	5.273	197.994	203.267	206.186	-
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00% do CDI	R\$	15.441	442.348	457.789	447.250	591.951
Banco do Brasil S.A.	2012	106,00% do CDI	R\$	-	-	-	-	99.779
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70%	R\$	15.884	-	15.884	28.061	56.844
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60% do CDI	R\$	-	-	-	132.842	136.566
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10% do CDI	R\$	739.336	400.000	1.139.336	1.113.973	1.224.881
Banco do Brasil S.A.	2013	10,83%	R\$	-	-	-	793.153	706.796
Banco do Brasil S.A.	2014	98,50% do CDI	R\$	374.835	-	374.835	475.890	436.637
Banco do Brasil S.A.	2013	104,08% do CDI	R\$	-	-	-	664.075	-
Banco do Brasil S.A.	2013	105,00% do CDI	R\$	-	-	-	1.083.159	-
Banco do Brasil S.A.	2015	99,50% do CDI	R\$	(2.109)	209.230	207.121	-	-
Banco do Brasil S.A.	2016	104,25% do CDI	R\$	19.515	600.000	619.515	-	-
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	331	-	331	26.253	53.415
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	7.901	90.297	98.198	103.955	111.678
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	40.976	-	40.976	97.570	198.181
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	487	-	487	1.003	1.550
Bradesco S.A.	2012	106,00% do CDI	R\$	-	-	-	-	990.142
Bradesco S.A.	2013	103,00% do CDI	R\$	-	-	-	600.813	-
Itaú e Bradesco (2)	2015	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	-	819.997
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	2.168	-	2.168	14.529	25.603
ELETROBRÁS	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R\$	82.050	272.593	354.643	388.583	428.238
UNIBANCO S.A	2013	CDI + 1,70%	R\$	13.593	-	13.593	99.259	201.357
Grandes Consumidores	2018	Diversas	R\$	4.957	1.600	6.557	6.867	6.366
Banco Itaú – BBA S.A	2014	CDI + 1,70	R\$	928	-	928	1.914	2.955
Banco Itaú – BBA S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	31.602	-	31.602	78.949	158.837
FINEP	2018	TJLP + 5 e TJLP + 8	R\$	4.178	10.127	14.305	18.686	19.917
Consórcio Pipoca	2013	IPCA	R\$	185	-	185	185	185
BNDES – CEMIG TELECOM (3)	2017	Diversas	R\$	7.960	26.167	34.127	40.057	48.023
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	20.131	40.452
Dívida em Moeda Nacional				1.365.491	2.250.356	3.615.847	6.443.343	6.360.350
Total de Empréstimos e Financiamento				1.382.178	2.276.030	3.658.208	6.510.308	6.459.000
Debêntures								
Debêntures	2014	IGP-M + 10,50	R\$	406.246	-	406.246	401.359	372.696
Debêntures	2017	IPCA + 7,96	R\$	34.134	550.299	584.433	530.287	502.648
Debêntures	2012	CDI + 0,90	R\$	-	-	-	-	1.754.714
Debêntures	2015	IPCA + 7,68	R\$	512.828	476.500	989.328	1.444.590	1.367.937
Debêntures	2017	CDI + 0,90	R\$	25.575	479.884	505.459	517.396	-
Debêntures	2022	IPCA + 6,20	R\$	28.032	729.968	758.000	738.885	-
Debêntures	2019	IPCA + 6,00	R\$	8.096	217.912	226.008	220.211	-
Debêntures	2021	IPCA + 4,70	R\$	38.951	1.116.572	1.155.523	-	-
Debêntures	2025	IPCA + 5,10	R\$	25.151	665.957	691.108	-	-
Debêntures	2018	CDI + 0,69	R\$	21.223	410.241	431.464	-	-
Debêntures (4)	2018	CDI + 0,80	R\$	3.165	72.000	75.165	-	-
Debêntures – Governo do Estado de Minas Gerais (5)	2031	IGP-M	R\$	-	57.447	57.447	52.758	46.896
Total de Debêntures				1.103.401	4.776.780	5.880.181	3.905.485	4.044.891
Total Geral Consolidado				2.485.579	7.052.810	9.538.389	10.415.793	10.503.891

(1) As taxas de juros variam: 2,00% a 8,00 % ao ano; Libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88 % ao ano;

(2) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide Nota Explicativa nº11 nas informações contábeis consolidadas;

(3) Empréstimo realizado pela Cemig Telecom;

(4) Empréstimo realizado pela Capim Branco;

(5) Contratos ajustados a valor presente, conforme CPC 12.

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	12.040	2.491	-	-	-	-	-	20.783	35.314
Euro	1.074	1.991	1.991	1.990	-	-	-	-	7.046
	13.114	4.482	1.991	1.990	-	-	-	20.783	42.360
Indexadores									
IPCA (1)	168.327	478.659	659.610	182.990	182.991	108.558	477.622	2.145.828	4.404.585
UFIR/RGR (2)	20.633	81.888	67.411	49.802	40.202	35.362	23.562	35.781	354.641
CDI (3)	1.000.235	705.279	422.502	813.140	693.782	482.817	-	-	4.117.755
Índice Intermodal Eletrobrás – FINEL	2.168	-	-	-	-	-	-	-	2.168
URTJ/TJLP (4)	5.330	19.609	18.126	17.829	17.828	10.039	7.631	50.235	146.627
IGP-M (5)	13.454	392.793	-	-	-	-	-	57.448	463.695
IGP-DI (6), INPC (7)	2.147	-	557	676	676	457	-	-	4.513
TR (8)	-	1.634	410	-	-	-	-	-	2.045
	1.212.294	1.679.862	1.166.617	1.064.437	935.479	637.233	508.815	2.289.292	9.496.029
	1.225.408	1.684.344	1.170.608	1.066.427	935.479	637.233	508.815	2.310.075	9.538.389

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
 (4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ);
 (5) Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M);
 (6) Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna. INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IGP-DI);
 (7) Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC);
 (8) Taxa Referencial (TR).

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	30/09/2013 (%)	30/09/2012 (%)	Jul a Set/2013 (%)	Jul a Set/2012 (%)	Indexador	30/09/2013 (%)	30/09/2012 (%)	Jul a Set/2013 (%)	Jul a Set/2012 (%)
Dólar Norte-Americano	0,65	8,25	9,13	0,46	IPCA	3,79	3,77	0,62	1,42
Euro	4,70	7,26	11,97	1,96	FINEL	0,73	1,39	0,38	0,75
					CDI	5,62	6,59	2,08	1,91
					IGP-M	3,69	7,09	1,91	3,78

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2012	10.415.793	1.102.721
Empréstimos e Financiamentos obtidos	2.475.083	-
Custos de Captação	(8.567)	-
Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	2.466.516	-
Variação monetária e cambial	158.176	-
Encargos financeiros provisionados	549.683	21.460
Encargos financeiros pagos	(676.929)	(17.784)
Amortização de financiamentos	(3.374.850)	(1.106.397)
Saldo em 30 de Setembro de 2013	9.538.389	-

As captações de recursos durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 estão demonstradas a seguir:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
Moeda Nacional			
Eletrobrás	2015	UFIR – 5%	5.232
Eletrobrás	2015	UFIR – 5%	18.774
Debêntures - 1ª série (Capim Branco)	2018	CDI + 0,80%	72.303
Banco do Brasil (Cemig Distribuição)	2015	99,5% do CDI	195.847
Debêntures - 1ª série (Cemig Distribuição)	2018	CDI + 0,69%	412.163
Debêntures - 2ª série (Cemig Distribuição)	2021	IPCA + 4,7%	1.103.335
Debêntures - 3ª série (Cemig Distribuição)	2025	IPCA + 5,1%	658.862
Total de Captações			2.466.516

Em março de 2013, a Cemig Distribuição concluiu a 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples por meio da qual foram emitidas 2.160.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2013, totalizando R\$2.160 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da 5ª e da 6ª emissão da Companhia emitidas em 13 de janeiro de 2012, pelo seu valor nominal, acrescido de juros remuneratórios, e aos investimentos na infraestrutura de distribuição. Foram emitidas 410.817 debêntures da primeira série, 1.095.508 debêntures da segunda série e 653.675 debêntures da terceira série, com prazo de vencimento de 5 anos, 8 anos e 12 anos a contar da data de emissão, respectivamente. A 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 30 de setembro de 2013, é garantido da seguinte forma:

	Valores em reais
Nota Promissória e Aval	6.633.743
Recebíveis	1.266.880
Sem Garantia	1.637.766
TOTAL	9.538.389

Debêntures

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, e possuem as seguintes características:

Empresa Emissora	Forma e Classe	Tipo garantia	Encargos Anuais (%)	COVENANTS	Vencimento	30/09/2013	31/12/2012	01/01/2012
DEBÊNTURES - 1ª EMISSÃO CEMIG	Simples não Conversíveis	Quirografia	CDI + 0,90	Não há	2012	-	-	1.754.714
CEMIG GT (1)	Simples não Conversíveis	Não há	IGP-M	Não há	2014	57.447	52.758	46.895
CEMIG GT (1)	Simples não Conversíveis	Não há	IPCA + 7,68	Não há	2015	989.328	1.444.590	1.367.937
CEMIG GT (1)	Simples não Conversíveis	Quirografia	CDI + 0,90	Não há	2017	505.459	517.396	-
CEMIG GT (1)	Simples não Conversíveis	Quirografia	IPCA + 6,20	Não há	2019	758.000	738.885	-
CEMIG GT (1)	Simples não Conversíveis	Quirografia	IPCA + 6,00	Não há	2022	226.008	220.211	-
CEMIG D (1) - 1ª Série (1) (2)	Simples não Conversíveis	Fiança	CDI + 0,69	Não há	2018	431.464	-	-
CEMIG D (1) - 2ª Série (1) (2)	Simples não Conversíveis	Fiança	IPCA + 4,70	Não há	2021	1.155.523	-	-
CEMIG D (1) - 3ª Série (1) (2)	Simples não Conversíveis	Fiança	IPCA + 5,10	Não há	2025	691.108	-	-
CAPIM BRANCO	Simples não Conversíveis	Fiança	CDI + 0,80	Não há	2018	75.165	-	-
CEMIG D (1) (2)	Simples não Conversíveis	Não há	IPCA + 7,96	Não há	2017	584.433	530.287	502.648
CEMIG D (1) (3)	Simples não Conversíveis	Quirografia	IGP-M + 10,50	Não há	2014	406.246	401.360	372.697
TOTAL						5.880.181	3.905.485	4.044.891

- (1) Sem cláusula de repactuação e não há debêntures em tesouraria;
- (2) Vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (*cross-default*);
- (3) Vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Cemig Distribuição ou da Cemig Holding, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$10 milhões (*cross-default*).

Cláusulas Contratuais Restritivas - “Covenants”

A Cemig GT e Cemig D possuem contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“Covenants”), com exigibilidade de cumprimento semestral, coincidente com os últimos dias de cada semestre civil, 30 de junho e 31 de dezembro, conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Cemig GT	
Dívida/LAJIDA	Menor ou igual a 2,80
Dívida Circulante (1)/LAJIDA (2)	Menor ou igual a 90%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida LAJIDA (2)/Encargos Dívidas	Menor ou igual a 53%
Investimento/LAJIDA (2)	Maior ou igual a 2,80
Cemig D	
Dívida/LAJIDA;	Menor ou igual a 3,36
Dívida Circulante (1)/LAJIDA (2)	Menor ou igual a 200%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida LAJIDA (2)/Encargos Dívidas	Menor ou igual a 62%
Investimento/LAJIDA (2)	Maior ou igual a 2,30
	Menor ou igual a 96%

- (1) Dívida Circulante = Somatório das obrigações financeiras remuneradas de curto prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures);
- (2) LAJIDA = é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do LAJIDA, com algumas variações em relação à fórmula mencionada.

A Cemig D obteve, em 28 de junho de 2013 e válido até 30 de junho de 2014, o consentimento dos credores para que não seja exigido o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos em 30 de junho de 2013.

19. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		
	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Reserva Global de Reversão - RGR	120.898	61.706	51.901
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	30.674	60.220
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	13.147	44.906	39.180
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	7.894	3.509	3.451
Eficiência Energética	130.256	134.497	131.015
Pesquisa e Desenvolvimento	109.607	137.003	179.337
Pesquisa Expansão Sistema Energético	3.046	3.837	3.330
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	5.919	7.494	6.480
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	4.647	25.703	22.628
Encargo de Capacidade Emergencial	31.019	31.035	31.092
Adicional 0,30% - Lei 12.111/09	-	4.678	3.498
	427.640	486.249	533.339
Passivo Circulante	195.784	317.048	271.409
Passivo Não Circulante	231.856	169.201	261.930

20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria FORLUZ	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2012 Reapresentado	104.246	50.563	1.486	51.958	208.253
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	3.449	3.807	115	4.363	11.734
Contribuições Pagas	(3.703)	(2.753)	(84)	(614)	(7.154)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2013	103.992	51.617	1.517	55.707	212.833
Passivo Circulante 30 de setembro de 2013					2.745
Passivo Não Circulante 30 de setembro de 2013					210.088

Consolidado	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria FORLUZ	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2012 Reapresentado	1.048.204	819.780	22.343	735.848	2.626.175
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	70.101	66.778	1.821	57.272	195.972
Contribuições Pagas	(75.270)	(44.995)	(1.442)	(8.876)	(130.583)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2013	1.043.035	841.563	22.722	784.244	2.691.564
Passivo Circulante 30 de setembro de 2013					55.787
Passivo Não Circulante 30 de setembro de 2013					2.635.777

Os valores registrados, no Circulante, referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego mais os encargos e variação monetária financeira com o plano.

No 1º semestre de 2013, conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa 2.2, a Companhia reconheceu no resultado abrangente os ganhos e perdas atuariais que até 31 de dezembro de 2012 somente estavam divulgados nas Demonstrações Contábeis.

21. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que a Companhia é devedora

A Companhia e suas controladas constituíram Provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado					
	01/01/2012 Reapresentado	31/12/2012 Reapresentado	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2013
Trabalhistas	85.656	78.151	105.555	(35)	(43.528)	140.143
Cíveis						
Relações de Consumo	77.958	59.912	6.942	(29.562)	(5.715)	31.577
Outras ações cíveis	31.616	39.114	16.437	(18.567)	(16.104)	20.880
	109.574	99.026	23.379	(48.129)	(21.819)	52.457
Tributárias	40.478	34.865	7.737	(2.968)	(2.999)	36.635
Ambientais	4.373	5.442	147	(4.359)	(67)	1.163
Regulatórias	62.617	37.577	23.421	(8.161)	(3.094)	49.743
Outras	8.371	10.415	2.161	(1.863)	(1.078)	9.635
Total	311.069	265.476	162.400	(65.515)	(72.585)	289.776

	Controladora					
	01/01/2012 Reapresentado	31/12/2012 Reapresentado	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2013
Trabalhistas	58.902	50.004	28.045	-	(14.711)	63.338
Cíveis						
Relações de Consumo	31.035	17.649	1.431	(10.887)	(204)	7.989
Outras ações cíveis	20.556	19.268	10.996	(13.172)	(10.996)	6.096
	51.591	36.917	12.427	(24.059)	(11.200)	14.085
Tributárias	33.342	30.555	1.775	(2.367)	(1.634)	28.329
Ambientais	207	984	-	(716)	-	268
Regulatórias	38.210	25.073	907	(6.156)	(907)	18.917
Outras	3.700	2.556	182	(1.847)	(140)	751
Total	185.952	146.089	43.336	(35.145)	(28.592)	125.688

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as, principais, provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e profissionais terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$497.141, dos quais R\$140.143 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas à indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de acidentes envolvendo a rede elétrica de distribuição, irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$65.912, dos quais R\$31.577 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$122.825, dos quais R\$20.880 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$108.930, dos quais R\$36.635 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Ambientais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$5.307, dos quais R\$1.163 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por auto-produtor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$191.477, dos quais R\$49.743 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$67.059, dos quais R\$9.635 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$121.834, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$212.765.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.101.477, e classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos da Lei nº 10.101/2000, bem como por não haver a obrigação legal de assinar acordo previamente ao exercício base.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$303.630 e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia acreditar ter atendido aos requisitos legais pertinentes no Código Tributário Nacional (CTN), bem como por depender de manifestação da Administração Fazendária sobre os dados apresentados. Fundamentados na jurisprudência favorável sobre o tema, os assessores jurídicos da Companhia reavaliaram a probabilidade de perda de diversas ações para remota.

Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) – restituição e compensação

A Companhia era parte em processo administrativo que envolvia pedidos de restituição e compensação de créditos decorrentes de saldos negativos apontados nas DIPJ's dos anos calendário de 1997 a 2000, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e DCTF's correspondentes. Em função do esgotamento recursal na via administrativa foi proposta ação ordinária no valor aproximado, de R\$355.561, classificada como probabilidade de perda possível em decorrência de nulidades na condução dos processos administrativos e de premissas equivocadas utilizadas pela fiscalização no julgamento administrativo.

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

A Companhia é parte em diversas ações relativas ao ICMS e, caso venha a ter que recolher o tributo incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo acrescido de eventual multa, sendo as principais: (i) o não recolhimento do ICMS incidente sobre as parcelas que compõem a TUSD e a demanda contratada e não utilizada que foram faturadas no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2010, visto que o valor do imposto incidente foi excluído das contas de energia elétrica, em cumprimento à Liminar concedida; (ii) a Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais ajuizou diversos processos administrativos e judiciais cobrando o ICMS sobre a transferência de excedente de energia elétrica no período de racionamento de energia.

Nenhuma provisão foi constituída e o valor, estimado, da contingência é de R\$51.478. Em função de acordo com o Governo do Estado de Minas Gerais envolvendo as ações judiciais de ICMS, as ações onde a Companhia era parte devedora ou credora estão em processo de extinção.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia não constituiu provisão para esta contingência, estimada, em R\$1.253.042, tendo classificado a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$143.196. A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de ação única, sem similar já julgada, bem como se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional – SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a APINE – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, na qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em julho de 2013, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, indeferiu o pedido de Suspensão de Liminar formulado pela União contra decisões da Justiça Federal em favor da APINE.

A União Federal interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão liminar de primeira instância. Julgando os pedidos liminares feitos nesse Agravo de Instrumento, o Des. Relator da Sexta Turma do TRF1 deferiu o pedido de efeito suspensivo da decisão liminar de primeira instância, para restabelecer os efeitos dos art. 2º e 3º da Resolução CNPE 03/2013.

A APINE apresentou pedido de reconsideração ao Des. Relator da Sexta Turma do TRF1 alegando, em síntese, a intempestividade do recurso da União, além da inexistência de prevenção deste juízo e, por fim, reiterou os mesmos motivos de mérito que levaram ao deferimento da liminar.

Ante o risco de que o referido pedido de reconsideração não fosse apreciado a tempo de evitar danos aos seus associados e com fundamento na intempestividade do recurso de Agravo apresentado pela União Federal, a APINE ajuizou Mandado de Segurança contra a decisão judicial que recebeu o Agravo de Instrumento e que proveu seu pedido Liminar.

O TRF1 deu provimento ao pedido liminar feito pela APINE neste Mandado de Segurança para suspender os efeitos da liminar concedida à União Federal nos autos do Agravo de Instrumento e, portanto, restabelecer os efeitos da Liminar concedida nos autos da ação principal.

O julgamento definitivo do Agravo de Instrumento interposto pela União Federal já foi iniciado, mas encontra-se suspenso pelo pedido de vista realizado por um dos julgadores para apreciar questão de ordem atinente à possível existência de conflito de competência entre a 3ª e a 4ª Seção do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Atualmente este Agravo se encontra na 3ª Seção sendo que, segundo as distribuição de competências do TRF1 esta competência seria da 4ª Seção.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a junho de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores a Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$102.849. Com base nos argumentos e fatos apresentados acima, os assessores jurídicos da Companhia consideraram o risco de perda desta contingência como “possível”.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$139.913. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor, estimado, da contingência é de R\$178.236.

Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

Determinada associação do meio ambiente requereu, através de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina hidrelétrica de Nova Ponte. O valor envolvido na ação é de R\$1.745.555. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível, pois embora não haja demonstração cabal dos argumentos vertidos pela parte contrária, dependerá de prova pericial para corroborar tais argumentos apresentados.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual, desde 1997, das respectivas usinas, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos dos municípios onde estão localizadas as usinas da Cemig, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/97. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). Nenhuma provisão foi constituída e o valor da contingência é de R\$103.994.

Ação em que a Companhia é credora e com provável entrada de benefícios econômicos

PASEP e COFINS - Ampliação da base de cálculo

Em função de discussão judicial referente a ilegalidade do § 1º do artigo 3º da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998, relativa à ampliação da base de cálculo da Contribuição ao PASEP e COFINS sobre a Receita Financeira e Outras Receitas não Operacionais, relativa ao período de 1999 a janeiro de 2004, a Companhia tem a expectativa, decorrente de decisão favorável na ação, de efetuar a compensação dos créditos com outros tributos da União nas suas subsidiárias CEMIG GT e CEMIG D. O ganho a ser registrado no Resultado será de R\$207.081, líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 30 de setembro de 2013, o Capital Social da Companhia é de R\$4.813.362, representado por 420.764.708 ações ordinárias e 541.907.677 preferênciais, ambas com valor nominal de R\$5,00.

Aumento de Capital Social

Em 30 de abril de 2013, a Assembleia Geral aprovou o aumento do Capital Social da Cemig de R\$4.265.091 para R\$4.813.362 com emissão de 109.654.157 novas ações, mediante a capitalização de R\$548.271 provenientes de reserva de capital, distribuindo-se aos acionistas, em consequência, uma bonificação de 12,854843355% em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$5,00.

Lucro por ação

Em decorrência do aumento de capital com emissão de 109.654.157 novas ações, sem uma correspondente entrada de recursos na Companhia, o lucro por ação está apresentado, retrospectivamente, considerando a nova quantidade de ações do capital da Companhia.

O número de ações utilizado no cálculo do lucro básico e diluído por ação, considerando a emissão das novas ações para o período de nove meses e para o trimestre findos em 30 de setembro de 2013 é como segue:

Quantidade de ações	Período de nove meses findo em 30/09/2013	Período de nove meses findo em 30/09/2012
Ações ordinárias	420.764.708	420.764.708
Ações preferenciais	541.907.677	541.907.677
	962.672.385	962.672.385
Ações em Tesouraria	(410.396)	(410.396)
Total	962.261.989	962.261.989

Quantidade de ações	01/07/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012
Ações ordinárias	420.764.708	420.764.708
Ações preferenciais	541.907.677	541.907.677
	962.672.385	962.672.385
Ações em Tesouraria	(410.396)	(410.396)
Total	962.261.989	962.261.989

Considerando que cada classe de ação participa igualmente dos lucros apresentados, os lucros por ação em 30 de setembro de 2013 e 2012 foram de R\$2,36 e R\$2,25 respectivamente, calculados com base no número de ações da Companhia em cada um dos períodos mencionados.

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro Diluído é igual ao Lucro Básico.

Ajustes de avaliação patrimonial

Ajustes de avaliação patrimonial	Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado
Ajustes de Passivos Atuarias – Benefícios a Empregados - controladora	(103.767)	(103.767)
Resultado Abrangente em Controlada e Coligadas		
Custo Atribuído de Ativos Imobilizados	865.044	959.303
Ajustes de Conversão de Balanço	14.825	10.025
Ajustes de Passivos Atuarias – Benefícios a Empregados	(390.297)	(390.297)
Instrumentos Financeiros de Hedge de Fluxo de Caixa	(549)	(385)
	489.023	578.646
Ajustes de avaliação patrimonial	385.256	474.879

23. RECEITA

	Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	10.850.831	11.347.378
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	776.962	1.366.880
Receita de Concessão de Transmissão	322.224	504.043
Receita de Construção de Transmissão (c)	80.696	70.079
Receita de Construção de Distribuição (c)	616.958	980.799
Transações com energia na CCEE	853.414	271.318
Outras Receitas Operacionais (d)	737.255	368.695
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (e)	(3.575.860)	(4.581.003)
Receita Operacional líquida	10.662.480	10.328.189

	Consolidado	
	01/07/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012 Reapresentado
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	3.850.195	3.928.169
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	205.238	462.591
Receita de Concessão de Transmissão	116.897	174.001
Receita de Construção de Transmissão (c)	37.117	27.551
Receita de Construção de Distribuição (c)	195.132	438.373
Transações com energia na CCEE	13.026	46.767
Outras Receitas Operacionais (d)	290.850	107.894
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (e)	(1.162.559)	(1.512.200)
Receita Operacional líquida	3.545.896	3.673.146

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R\$	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado
Residencial	7.039.710	6.593.995	3.376.989	3.624.791
Industrial	17.186.013	18.954.170	2.946.057	3.258.364
Comércio, Serviços e Outros	4.468.740	4.208.713	1.743.088	1.859.800
Rural	2.245.794	2.091.501	553.382	571.872
Poder Público	636.012	610.726	243.880	267.072
Iluminação Pública	947.598	928.484	232.758	254.887
Serviço Público	925.918	877.436	239.706	261.758
Subtotal	33.449.785	34.265.025	9.335.860	10.098.544
Consumo Próprio	25.724	25.336	-	-
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	(37.759)	14.336
	33.475.509	34.290.361	9.298.101	10.112.880
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	11.692.287	9.668.275	1.552.730	1.234.498
Total	45.167.799	43.958.636	10.850.831	11.347.378

	MWh (1)		R\$	
	01/07/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012 Reapresentado	01/07/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012 Reapresentado
Residencial	2.343.749	2.210.313	1.096.310	1.226.478
Industrial	6.002.381	6.594.665	1.032.581	1.134.035
Comércio, Serviços e Outros	1.436.847	1.358.282	562.534	611.063
Rural	910.719	826.834	209.113	217.807
Poder Público	209.886	201.149	80.421	90.415
Iluminação Pública	317.629	313.113	77.680	87.025
Serviço Público	316.123	299.377	80.566	91.782
Subtotal	11.537.334	11.803.733	3.139.205	3.458.605
Consumo Próprio	8.338	8.139	-	-
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	77.772	14.778
	11.545.672	11.811.872	3.216.977	3.473.383
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	4.032.768	3.268.901	633.218	454.786
Total	15.578.440	15.080.773	3.850.195	3.928.169

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Revisão Tarifária – Cemig Distribuição

Em 08 de abril de 2013, a ANEEL divulgou o resultado da 3ª Revisão Tarifária da Cemig Distribuição, com o reposicionamento positivo nas tarifas da Companhia que passam a vigorar a partir desta data, sendo que o efeito médio percebido pelos consumidores cativos foi de 2,99%.

Conforme memória de cálculo recebida pela Cemig após homologação do resultado da Revisão Tarifária na reunião da Diretoria da ANEEL, a Base de Remuneração Regulatória Líquida foi de R\$5.511.768 e a Base de Remuneração Regulatória Bruta de R\$15.355.843. A Companhia aguarda o julgamento de dois recursos interpostos junto à ANEEL, no qual manifesta sua discordância quanto a determinados critérios e valores adotados pelo regulador na definição da BRR, e mantém a expectativa de que resultará num montante superior ao recentemente apresentado.

Mais detalhes na Nota Explicativa nº 12 das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012 e na Nota Explicativa nº 15 destas Informações Contábeis Intermediárias.

b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Cemig Distribuição estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, por meio da Cemig Geração e Transmissão e outras geradoras. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente com o registro nesta rubrica.

Em decorrência da 3ª Revisão Tarifária da Controlada Cemig Distribuição, houve uma redução média na tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD) de 33,22%.

c) Receita de Construção

A Receita de Construção é substancialmente compensada pelos Custos de Construção e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão. Em determinados projetos, inclui adicionalmente a margem de lucro envolvida na operação.

d) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado
Serviço Taxado	8.052	12.655
Serviço de Telecomunicações	97.454	110.364
Prestações de Serviços	92.254	64.029
Aluguel e Arrendamento	14.878	56.776
Subvenções (*)	488.725	123.796
Outras	35.892	1.075
	737.255	368.695

	Consolidado	
	01/07/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012 Reapresentado
Serviço Taxado	2.103	4.937
Serviço de Telecomunicações	26.071	35.600
Prestações de Serviços	36.564	24.778
Aluguel e Arrendamento	14.086	15.393
Subvenções (*)	181.596	26.770
Outras	31.330	416
	290.850	107.894

(*) Receita reconhecida em decorrência de subvenção recebida da Eletrobrás, em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda e subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD). Os valores foram homologados pela ANEEL e são reembolsados pela ELETROBRAS. Do montante reconhecido na receita, a Companhia tem a receber R\$226.710 referente a subvenção desconto TUSD e R\$25.650 referente a subvenção baixa renda, ambos reconhecidos no Ativo Circulante.

e) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado
Tributos sobre a Receita		
ICMS	2.072.591	2.286.469
COFINS	961.927	1.030.750
PIS-PASEP	208.856	223.856
Outros	3.389	3.420
	3.246.763	3.544.495
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	79.225	167.965
Programa de Eficiência Energética – PEE	29.886	17.138
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	100.035	374.059
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	25.487	375.738
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	30.557	25.700
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	22.904	25.702
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	13.248	12.851
Encargos do Consumidor - PROINFA	19.526	19.089
Adicional 0,30% (Lei 12.111/09)	8.229	18.266
	329.097	1.036.508
	3.575.860	4.581.003

	Consolidado	
	01/07/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012 Reapresentado
Tributos sobre a Receita		
ICMS	674.631	779.921
COFINS	323.969	340.776
PIS-PASEP	70.363	73.982
Outros	1.209	1.271
	1.070.172	1.195.950
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	19.052	58.411
Programa de Eficiência Energética – PEE	9.679	10.407
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	34.292	125.092
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	87.652
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	8.933	8.817
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	8.933	8.819
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	4.467	4.409
Encargos do Consumidor - PROINFA	7.031	6.399
Adicional 0,30% (Lei 12.111/09)	-	6.244
	92.387	316.250
	1.162.559	1.512.200

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado
Pessoal (a)	996.521	833.072	38.383	32.853
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	109.961	174.133	8.948	13.288
Obrigações Pós-Emprego	125.871	100.493	8.285	7.583
Materiais	96.370	53.398	131	93
Serviços de Terceiros (b)	650.049	618.463	6.623	8.895
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	3.727.564	3.105.018	-	-
Depreciação e Amortização	573.714	560.171	324	279
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	93.996	139.021	-	-
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	146.942	61.405	8.050	(8.886)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	396.275	664.657	-	-
Custos de Construção de Infraestrutura (e)	697.654	1.050.878	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (f)	292.515	244.033	25.849	23.512
	7.907.432	7.604.742	96.593	77.617

	Consolidado		Controladora	
	01/07/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012 Reapresentado	01/07/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012 Reapresentado
Pessoal (a)	290.789	269.679	11.820	10.842
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	38.378	58.288	3453	4364
Obrigações Pós-Emprego	41.957	33.498	2.762	2.528
Materiais	16.688	24.020	64	39
Serviços de Terceiros (b)	211.046	216.488	2.342	3.195
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	1.452.854	1.168.200	-	-
Depreciação e Amortização	186.589	188.856	123	94
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	31.143	44.173	-	-
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	33.644	15.699	(22.907)	7.803
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	142.183	229.268	-	-
Custos de Construção de Infraestrutura (e)	232.249	465.924	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (f)	115.417	81.092	8.332	6.728
	2.792.937	2.795.185	5.989	35.593

a) Despesas com Pessoal

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado
Remunerações e Encargos	764.500	746.707	30.373	31.202
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	52.381	46.782	3.559	3.135
Benefícios Assistenciais	98.052	96.290	3.092	2.834
	914.933	889.779	37.024	37.171
Programas de Desligamento Voluntário – PDV/PID	109.576	20.010	3.411	340
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(27.988)	(76.717)	(2.052)	(4.658)
	81.588	(56.707)	1.359	(4.318)
	996.521	833.072	38.383	32.853

	Consolidado		Controladora	
	01/07/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012 Reapresentado	01/07/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012 Reapresentado
Remunerações e Encargos	246.292	247.415	7.492	8.428
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	16.768	13.540	1.230	1.029
Benefícios Assistenciais	33.443	31.393	914	852
	296.503	292.348	9.636	10.309
Programas de Desligamento Voluntário – PDV/PID	935	6.812	98	52
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(6.649)	(29.481)	2.086	481
	(5.714)	(22.669)	2.184	533
	290.789	269.679	11.820	10.842

Programas de Desligamento de Empregados

Programa de Incentivo ao Desligamento (PID)

Para o período de 17 de janeiro de 2013 a 27 de março de 2013 a Companhia criou o PID, de adesão exclusiva aos empregados que já reúnem condições plenas de aposentadoria no INSS e na Forluz e ainda o mínimo de 20 anos de admissão na Companhia. O PID prevê o pagamento de indenização correspondente a 4 remunerações brutas, pagamento de 6 meses de contribuições para o plano de saúde e demais verbas indenizatórias previstas em Lei. O Programa teve a adesão de 1.069 empregados, sendo o prazo de desligamento no período de abril a junho de 2013. Para aqueles empregados que reúnem as condições relacionadas acima e que, ainda, precisam comprovar esta condição junto ao INSS, o prazo limite para desligamento é dezembro de 2013.

b) Serviço de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado
Agentes Arrecadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	132.948	125.463	-	-
Comunicação	47.266	70.529	481	715
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	153.319	137.924	83	59
Conservação e Limpeza de Prédios	62.798	50.331	93	72
Mão de Obra Contratada	14.354	23.100	10	356
Fretes e Passagens	5.161	6.328	1.273	1.308
Hospedagem e Alimentação	9.778	12.220	283	250
Vigilância	15.952	15.318	-	-
Consultoria	7.992	6.647	1.582	3.295
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	18.016	25.644	25	37
Manutenção e Conservação de Veículos	6.783	7.976	18	28
Corte e Religação	14.681	23.550	-	-
Meio Ambiente	18.252	18.548	-	-
Poda de Árvores	16.673	18.513	-	-
Serviços de Reprografia	5.498	7.258	130	96
Limpeza de Faixa	23.295	26.694	-	-
Serviços Advocatícios	20.642	11.363	1.819	2.283
Outros	76.641	31.057	826	396
	650.049	618.463	6.623	8.895

	Consolidado		Controladora	
	01/07/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012 Reapresentado	01/07/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012 Reapresentado
Agentes Arrecadadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	43.799	45.892	-	-
Comunicação	10.225	24.012	175	212
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	48.368	43.165	(21)	15
Conservação e Limpeza de Prédios	23.628	18.050	55	22
Mão de Obra Contratada	4.268	8.104	10	41
Fretes e Passagens	2.274	2.448	610	500
Hospedagem e Alimentação	3.954	4.490	88	87
Vigilância	7.074	5.348	-	-
Consultoria	3.001	2.230	511	1.095
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	10.548	9.239	19	19
Manutenção e Conservação de Veículos	2.156	2.936	5	9
Corte e Religação	3.856	9.047	-	-
Meio Ambiente	6.219	6.968	-	(5)
Poda de Árvores	5.897	6.781	-	-
Serviços de Reprografia	2.092	2.977	9	-
Limpeza de Faixa	7.932	10.393	-	-
Serviços Advocatícios	7.940	5.820	994	1.151
Outros	17.815	8.588	(113)	61
	211.046	216.488	2.342	3.195

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado
Energia de Itaipu Binacional	750.369	648.355
Contratos por Cotas de Garantia Física	170.955	-
Cotas das Usinas de Angra I e II	112.558	-
Energia de curto prazo	219.694	543.900
PROINFA	191.128	169.110
Contratos Bilaterais	244.365	215.232
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	1.450.475	1.373.984
Energia adquirida no Ambiente Livre	911.842	453.811
Créditos de PASEP-COFINS	(323.822)	(299.374)
	3.727.564	3.105.018

	Consolidado	
	01/07/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012 Reapresentado
Energia de Itaipu Binacional	272.637	231.112
Contratos por Cotas de Garantia Física	60.511	-
Cotas das Usinas de Angra I e II	37.519	-
Energia de curto prazo (recuperação de despesas)	165.044	218.735
PROINFA	63.710	56.370
Contratos Bilaterais	90.930	80.514
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	487.633	489.410
Energia adquirida no Ambiente Livre	394.652	194.536
Créditos de PASEP-COFINS	(119.782)	(102.477)
	1.452.854	1.168.200

d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	50.056	53.186	-	-
Provisão para Contingências				
Trabalhistas	105.520	(3.796)	28.045	(10.088)
Cíveis	(24.750)	17.691	(11.632)	(11.778)
Tributárias	4.769	(3.732)	(732)	(3.540)
Ambientais	(4.212)	21.813	(717)	20.796
Regulatórias	15.260	(11.903)	(5.249)	(6.375)
Outras	299	(11.854)	(1.665)	2.099
	146.942	61.405	8.050	(8.886)

	Consolidado		Controladora	
	01/07/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012 Reapresentado	01/07/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012 Reapresentado
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	15.555	19.385	-	-
Provisão para Contingências				
Trabalhistas	31.166	2.045	(5.272)	(738)
Cíveis	(33.757)	(9.488)	(24.904)	(23.806)
Tributárias	3.752	685	(71)	1.173
Ambientais	(4.201)	21.212	(244)	20.283
Regulatórias	2.863	(2.553)	(615)	(201)
Outras	18.266	(15.587)	8.199	11.092
	33.644	15.699	(22.907)	7.803

e) Custo de Construção

	Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado
Pessoal e Administradores	19.495	43.927
Materiais	296.389	566.976
Serviços de Terceiros	333.915	367.365
Outras	47.855	72.610
	697.654	1.050.878

	Consolidado	
	01/07/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012 Reapresentado
Pessoal e Administradores	2.392	5.070
Materiais	102.303	264.445
Serviços de Terceiros	112.331	140.672
Outras	15.223	55.737
	232.249	465.924

f) Outras Despesas Operacionais Líquidas

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado	30/09/2013	30/09/2012
Arrendamentos e Aluguéis	77.329	74.870	697	595
Propaganda e Publicidade	1.983	4.987	415	348
Consumo Próprio de Energia Elétrica	8.847	10.517	-	-
Subvenções e Doações	16.910	21.538	1.695	639
Taxa de Fiscalização da ANEEL	29.977	31.282	-	-
Concessão Onerosa	16.575	20.755	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	58.335	26.288	194	272
Seguros	5.991	5.729	2.094	1.495
Anuidade CCEE	6.127	4.384	2	2
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	35.980	14.601	1	43
FORLUZ – Custeio Administrativo	16.735	16.944	822	832
Exploração de blocos	-	8.108	-	8.108
Outras Despesas	17.726	4.030	19.929	11.178
	292.515	244.033	25.849	23.512

	Consolidado		Controladora	
	01/07/2013	01/07/2012	01/07/2013	01/07/2012
	a 30/09/2013	a 30/09/2012 Reapresentado	a 30/09/2013	a 30/09/2012 Reapresentado
Arrendamentos e Aluguéis	27.334	25.556	231	205
Propaganda e Publicidade	54	1.177	400	213
Consumo Próprio de Energia Elétrica	1.867	3.237	-	-
Subvenções e Doações	7.484	10.963	1.676	7
Taxa de Fiscalização da ANEEL	9.508	10.506	-	-
Concessão Onerosa	5.099	8.775	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	23.199	6.133	31	49
Seguros	1.865	1.827	744	683
Anuidade CCEE	2.033	1.645	-	-
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	30.456	7.658	1	-
FORLUZ – Custeio Administrativo	5.570	5.648	274	277
Exploração de blocos	-	8.108	-	8.108
Outras Despesas	948	(10.141)	4.976	(2.814)
	115.417	81.092	8.332	6.728

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado	30/09/2013	30/09/2012
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	201.685	153.186	61.851	24.268
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	121.471	114.258	-	-
Variações Cambiais	10.630	14.650	-	1
Ganhos com Instrumentos Financeiros	1.005	20.317	-	-
Rendas FIDC	-	-	-	62.331
PASEP/COFINS sobre receita financeira	-	(2.816)	-	(2.816)
Ajuste a Valor Presente	-	14.101	-	-
Atualização Monetária das Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais (Nota 11)	43.547	122.326	43.547	-
Variação Monetária de Depósito Judicial (Nota 10)	9.986	15.406	625	9.242
Multas Contratuais	15.889	39.255	-	-
Outras	26.038	19.867	5.861	5.767
	430.251	510.550	111.884	98.793
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(514.522)	(680.318)	(21.460)	(80.545)
Variações Cambiais	(29.444)	(28.528)	(5)	(11)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(154.110)	(121.480)	-	-
Variação Monetária – Concessão Onerosa	(16.476)	(28.926)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(70.101)	(67.129)	(3.449)	(3.305)
Outras	(80.035)	(94.869)	(458)	(729)
	(864.688)	(1.021.250)	(25.372)	(84.590)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(434.437)	(510.700)	86.512	14.203

	Consolidado		Controladora	
	01/07/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012 Reapresentado	01/07/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012 Reapresentado
	RECEITAS FINANCEIRAS			
Renda de Aplicação Financeira	96.359	54.422	33.364	5.952
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	33.869	43.587	-	-
Variações Cambiais	2.462	6.171	-	1
Ganhos com Instrumentos Financeiros	-	1.122	-	-
Rendas FIDC	-	-	-	26.046
PASEP/COFINS sobre receita financeira	3.348	(1.720)	-	(1.720)
Ajuste a Valor Presente	(983)	11.015	-	-
Atualização Monetária das Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais (Nota 11)	-	44.035	-	-
Variação Monetária de Depósito Judicial (Nota 10)	3.305	(3.471)	95	(6.031)
Multas Contratuais	3.410	11.732	-	-
Outras	5.642	47.131	1.980	1.700
	147.412	214.024	35.439	25.948
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(179.233)	(265.190)	-	(24.492)
Variações Cambiais	(18.620)	(2.556)	(1)	-
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(30.309)	(46.368)	-	-
Variação Monetária – Concessão Onerosa	(8.628)	(16.621)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(16.258)	(19.630)	(800)	(966)
Outras	(13.679)	(33.490)	(157)	(159)
	(266.727)	(383.855)	(958)	(25.623)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(119.315)	(169.831)	34.481	(325)

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig e suas controladas são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	449	127	-	-	15.073	19.880	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	23.917	17.263	-	-	-	-	-	-
Companhia de Gás de Minas Gerais								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	20.664	20.664	-	-	-	-	-	-
Cia Centroeste de Minas								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	970	-	-	-	-	-	-	-
Cia Transudeste de Transmissão								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	219	-	-	-	-	-	-
Empresa Regional de Transmissão								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	7.012	8.246	-	-	-	-	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	1.471	1.619	-	-	(9.383)	(9.927)
Transmissora Aliança de Energia Elétrica								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	3.342	2.577	-	-	(21.691)	(19.606)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	37.716	-	-	-	-	-	-
Baguari Energia S.A.								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	8	-	340	717	-	115	(4.175)	(3.891)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	4.123	26.218	-	-	-	-	-	-
Light Ger								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	-	-	-	-	(920)	(5.632)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	384	-	-	-	-	-	-	-
Hidroelétrica Pipoca S.A.								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	2.898	-	-	-	-	-	-
Axxion Soluções Tecnológicas								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	140	140	-	-	-	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Debêntures (3)	-	-	68.089	52.758	-	-	(4.690)	(4.331)
Contas a Receber do Governo do Estado – CRC (2)	-	2.422.099	-	-	-	-	-	-
Financiamentos – BDMG	-	-	8.486	9.213	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (4)	-	-	55.788	51.227	-	-	(70.101)	(100.493)
Despesa com pessoal (5)	-	-	-	-	-	-	(52.382)	(48.468)
Custeio Administrativo (6)	-	-	-	-	-	-	(16.733)	(16.943)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (4)	-	-	987.251	763.643	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (7)	-	-	864.282	611.956	-	-	(68.599)	(30.618)

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- (1) A Cemig Geração e Transmissão, Light S.A., Baguari Energia, Santo Antônio Energia e Cemig Capim Branco S.A. possuem contratos de energia decorrentes do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores. Para Cemig Telecomunicações, Transmissora Aliança de Energia Elétrica, Empresa Amazonense de Transmissão de Energia e Empresa Paraense de Transmissão de Energia as Operações com Energia Elétrica referem-se aos Encargos de Uso da Rede Elétrica. A Companhia possui contratos de venda de energia para Light Energia, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M;
- (2) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos Creditórios em quotas seniores e subordinadas. Vide informações Nota Explicativa nº 11 Informações Contábeis Intermediárias consolidadas;
- (3) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. O montante de 31 de dezembro de 2009 foi ajustado a valor presente;
- (4) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (vide Nota Explicativa nº 20 das Informações Contábeis Intermediárias) e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (5) Contribuições da Cemig para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa nº 20) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (6) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.
- (7) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados.

Remuneração do pessoal chave da Administração

O total da remuneração aos Conselheiros de Administração e Diretores nos períodos de 30 de setembro de 2013 e 2012 é conforme segue:

	30/09/2013	30/09/2012
Remuneração	6.087	6.573
Participação nos Resultados	1.722	721
Benefícios Pós Emprego	583	506
Benefícios Assistenciais	92	84
Total	8.484	7.884

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 11, 18, 20 e 24.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativo Financeiro da Concessão, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com concessões a pagar e fornecedores, Obrigações Pós-Emprego, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo :

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios e Ativos Financeiros da concessão não abarcados pela Lei 12.783/13 (Medida Provisória 579). São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: a partir de 31 de dezembro de 2012, encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão abarcados pela Medida Provisória 579. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias;
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, concessões a pagar, obrigações pós emprego e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 0,9%, com base na última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas anuais entre IPCA + 4,70% a IPCA + 5,10%, CDI + 0,65% a CDI + 0,73%, IGPM + 4,70% a IGPM + 5,10%, taxa fixa 8,5% a 10,07% a Companhia considerou seu valor justo igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo é idêntico ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis;

Categoria dos Instrumentos Financeiros	30/09/2013		31/12/2012 (Reapresentado)	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa – Bancos	62.633	62.633	73.352	73.352
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	2.048.511	2.048.511	1.845.773	1.845.773
Créditos com Consumidores e Revendedores	2.000.597	2.000.597	2.079.279	2.079.279
Concessionários – Transporte de Energia	250.489	250.489	357.811	357.811
Créditos com o Governo do Estado de Minas Gerais	-	-	2.422.099	2.422.099
Ativos Financeiros da Concessão	255.356	255.356	177.901	177.901
Depósitos Vinculados a Litígios	1.190.963	1.190.963	1.300.507	1.300.507
Fundos Vinculados	2.275	2.275	132.493	132.493
	5.810.824	5.810.824	8.389.215	8.389.215
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão	5.502.997	5.502.997	5.585.254	5.585.254
Mantidos até o Vencimento				
Títulos e Valores Mobiliários	1.939.896	1.906.322	582.249	583.976
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	619.613	619.613	174.009	174.009
Instrumentos Derivativos – Contrato <i>Swap</i>	-	-	20.445	20.445
Passivos financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	1.014.817	1.014.817	1.310.217	1.310.217
Obrigações pós-emprego - Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	809.704	809.704	814.870	814.870
Concessões a Pagar	169.818	335.505	187.718	367.614
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	9.538.389	9.740.260	10.415.793	10.964.252
	11.532.728	11.900.286	12.728.598	13.456.953

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos Negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, à cotação do Dólar Norte-americano em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	30/09/2013		31/12/2012 (Reapresentado)	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos <i>(nota 18)</i>	15.836	35.315	29.301	59.854
Fornecedores (Itaipu Binacional)	86.059	182.763	87.137	180.180
(-) Operações Contratadas de Hedge/Swap	-	-	(8.168)	(23.823)
	<u>101.895</u>	<u>218.078</u>	<u>108.270</u>	<u>216.217</u>
Euro				
Empréstimos e Financiamentos – Euro <i>(nota 18)</i>	2.335	7.046	2.638	7.111
Passivo Líquido Exposto		<u>225.124</u>		<u>223.328</u>

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de setembro de 2014 será uma desvalorização de 2,56% para o dólar (R\$2,230) e uma desvalorização de 3,74% para o Euro (R\$3,018). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 30/09/2013	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos <i>(nota 18)</i>	35.315	36.218	45.273	54.327
Fornecedores (Itaipu Binacional)	182.763	187.435	234.294	281.153
	<u>218.078</u>	<u>223.653</u>	<u>279.567</u>	<u>335.480</u>
Euro				
Empréstimos e Financiamentos <i>(nota 18)</i>	7.046	6.782	8.478	10.173
Passivo Líquido Exposto	<u>225.124</u>	<u>230.435</u>	<u>288.045</u>	<u>345.653</u>
Efeito Líquido da Variação Cambial		<u>5.311</u>	<u>62.921</u>	<u>120.529</u>

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos Empréstimos e Financiamentos, em moeda estrangeira, com taxas de juros flutuantes, principalmente *Libor*, no montante de R\$48.596 (R\$45.026, em 31 de dezembro de 2012).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do Passivo Líquido, indexado à variação da SELIC e CDI, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às Taxas de Juros Nacionais	Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado
Ativos		
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras (Nota 4)	2.048.511	1.845.773
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	2.559.509	756.258
Fundos Vinculados	2.275	132.493
	<u>4.610.295</u>	<u>2.734.524</u>
Passivos		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – CDI (Nota 18)	(4.117.755)	(5.594.724)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – TJLP (Nota 18)	(146.629)	(162.698)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)	-	(600.000)
	<u>(4.264.384)</u>	<u>(6.357.422)</u>
Ativo (Passivo) Líquido Exposto	<u>345.911</u>	<u>(3.622.898)</u>

Análise de sensibilidade

No que se refere ao efeito de taxas de juros em 2013, onde a Companhia tem ativos líquidos, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2014, as taxas SELIC e TJLP serão de 10,00% e 5,00%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Efeito da alta nas Taxas de Juros Nacionais	30/09/2013	30 de setembro de 2014		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 10,00% TJLP 5,00%	Cenário Possível SELIC 12,50% TJLP 6,25%	Cenário Remoto SELIC 15,00% TJLP 7,50%
Ativos				
Equivalentes de Caixa (Nota 4)	2.048.511	2.253.362	2.304.575	2.355.788
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	2.559.509	2.815.460	2.879.448	2.943.435
Fundos Vinculados	2.275	2.503	2.559	2.616
	<u>4.610.295</u>	<u>5.071.325</u>	<u>5.186.582</u>	<u>5.301.839</u>
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 18)	(4.117.755)	(4.529.531)	(4.632.474)	(4.735.418)
Empréstimos e Financiamentos – TJLP (Nota 18)	(146.629)	(153.960)	(155.793)	(157.626)
	<u>(4.264.384)</u>	<u>(4.683.491)</u>	<u>(4.788.267)</u>	<u>(4.893.044)</u>
Ativo Líquido	345.911	387.834	398.314	408.795
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		41.923	52.403	62.884

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 30 de setembro de 2013. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação do IPCA e do IGP-M, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M (nota 12)	5.758.353	5.585.254
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 18)	(4.404.585)	(2.934.157)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (nota 18)	(463.695)	(454.117)
	<u>(4.868.280)</u>	<u>(3.388.274)</u>
Ativo (Passivo) Líquido Exposto	890.573	2.196.980

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2014, as taxas IPCA e IGP-M serão de 6,32% e 6,15%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	30/09/2013	30 de setembro de 2014		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 6,32% IGP-M 6,15%	Cenário Possível IPCA 7,90% IGP-M 7,69%	Cenário Remoto IPCA 9,48% IGP-M 9,23%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M (nota 12)	5.758.353	6.112.492	6.201.170	6.289.849
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 18)	(4.404.585)	(4.682.955)	(4.752.547)	(4.822.140)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (nota 18)	(463.695)	(492.212)	(499.353)	(506.494)
	(4.868.280)	(5.175.167)	(5.251.900)	(5.328.634)
Ativo Líquido Exposto	890.073	937.325	949.270	961.215
Efeito Líquido da Variação do IPCA/IGP-M		47.252	59.197	71.142

Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com Dívidas pactuadas com fundo de pensão, Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela abaixo:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	56.444	667.015	1.687.260	5.523.998	5.452.350	13.387.067
Concessões a pagar	1.759	5.196	13.458	67.794	148.146	236.353
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	8.490	25.830	79.866	484.403	876.315	1.474.904
	66.693	698.041	1.780.584	6.076.195	6.476.811	15.098.324
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.008.995	-	-	5.822	-	1.014.817
	1.075.688	698.041	1.780.584	6.082.017	6.476.811	16.113.141

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	-	-	-
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	418	1.271	3.929	23.833	43.115	72.565
	418	1.271	3.929	23.833	43.115	72.565
- Pré-fixadas						
Fornecedores	7.485	-	-	-	-	7.485
	7.903	1.271	3.929	23.833	43.115	80.050

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas virem a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso. Adicionalmente, o risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

A Provisão para Devedores Duvidosos constituída em 30 de setembro de 2013, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$525.434.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004, onde cada Instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos, além de análise de três Agências de classificação de Riscos Financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos, que são revisados, periodicamente, ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

A Cemig administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, sempre atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Contábeis.

Como instrumento de gestão, a Cemig divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e em dois fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de duas agências de riscos
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basileia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	7,0%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 2,8% e 7,0%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 1,6% e 4,2%

** o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia e suas controladas possuem Contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“*covenants*”), normalmente, aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores, inclusive tendo impacto em outros empréstimos devido a cláusulas de *cross default*. O não atendimento destas cláusulas poderia implicar o vencimento antecipado das dívidas. Não há previsão contratual de cláusulas restritivas para o período findo em 30 de setembro de 2013.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os Instrumentos Derivativos, contratados pela Cemig e suas controladas têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do Principal das operações com Derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos, nestas operações, representam um ganho, em 30 de setembro de 2013, no montante de R\$1.005 (ganho de R\$20.317 em 30 de setembro de 2012), registradas no Resultado Financeiro. A contraparte da operação de derivativos foi o banco Santander – ABN, os contratos foram de swap cambial e de taxa de juros, e foram liquidados no segundo trimestre de 2013.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros, criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros, relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros, que afetam suas transações financeiras, e as quais poderiam afetar, negativamente, a liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar Planos de ação, a fixação de Diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

Metodologia de Cálculo do Valor Justo das Posições

O cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros foi elaborado, considerando as cotações de Mercado do papel ou informações de Mercado, que possibilitem tal cálculo, bem como as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de Mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de Mercado, em Reais.

O quadro, a seguir, apresenta os Instrumentos Derivativos, contratados pela Controlada, Cemig Distribuição em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor Principal Contratado	Ganho (Perda) Realizado		Valor Recebido	Valor Pago
					30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	30/09/2013
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,14% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (1,5% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2009 até 06/2013	Balcão	US\$8.168	(228)	(23.823)	-	(24.051)
Taxa de 11,47% a.a.	Taxa de 96% de CDI	Vencimento em 10/05/2013	Balcão	R\$600.000	1.233	44.268	45.501	-
					<u>1.005</u>	<u>20.445</u>		

A contraparte da operação de derivativos foi o banco Santander – ABN, os contratos foram de *swap* cambial e de taxa de juros, e foram liquidados no segundo trimestre de 2013.

Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os Instrumentos Derivativos.

Administração de Capital

A comparação do passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final em 30 de setembro de 2013 é apresentada a seguir:

	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado
Total do Passivo	17.516.183	21.019.885
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.111.144)	(1.919.125)
(-) Fundos Vinculados	(2.275)	(132.493)
Passivo Líquido	15.402.764	18.968.267
Total do Patrimônio Líquido	13.174.985	11.549.996
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	1,17	1,64

28. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 30 de setembro de 2013	Valor justo em 30 de setembro de 2013		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	45.315	-	45.315	-
Letras Financeiras - Bancos	279.695	-	279.695	-
Letras Financeiras do Tesouro	222.204	-	222.204	-
Debêntures	54.452	-	54.452	-
Outros	17.947	-	17.947	-
	619.613		619.613	
Fundos Vinculados	2.275	-	2.275	-
Ativos Financeiros da Concessão	5.502.997	-	-	5.502.997
	6.124.885	-	621.888	5.502.997

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão.

A Companhia registrou os ativos financeiros da concessão pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 12.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

29. EFEITOS DA MEDIDA PROVISÓRIA 579 DE 11 DE SETEMBRO DE 2012 (CONVERTIDA NA LEI DE Nº 12.783 DE 11 DE JANEIRO DE 2013)

Conforme previsto no contrato de concessão da usina de Jaguara, a Companhia requereu a renovação da concessão, sendo que o Ministério das Minas e Energia, através de Despacho em 3 de maio de 2013, indeferiu o requerimento da Companhia por entender que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos definidos na Lei 12.783/13.

Em 20 de junho de 2013, a Cemig GT obteve liminar no Mandado de Segurança interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra ato do Ministério de Minas e Energia onde não foi analisado o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguara (424MW, com 336 MW de energia firme), previsto para expirar em 28 de agosto de 2013. A liminar foi deferida pelo Ministro Relator Sérgio Kukina para assegurar que a Cemig GT permanecesse à frente da concessão da Usina de Jaguara até o julgamento final da ação.

Em 30 de agosto de 2013, a Cemig GT obteve liminar no novo Mandado de Segurança interposto no Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra decisão do Ministério de Minas e Energia que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto de 2013, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguara, nos termos de seu Contrato de Concessão nº 007/97. A referida liminar assegura que a Cemig GT permanecerá no controle da Usina Hidrelétrica de Jaguara, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo.

Dessa forma, a Companhia vem registrando as receitas e custos e despesas operacionais da usina em conformidade às práticas contábeis vigentes, considerando que permanece no controle do Ativo.

A presente decisão tem caráter preliminar não representando, ainda, a decisão do mérito da ação proposta que deverá ser objeto de análise por parte do egrégio STJ em data posterior.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Criação da Cemig Transmissão

Em 10 de outubro de 2013 o Conselho de Administração da Cemig aprovou a criação da subsidiária integral Cemig Transmissão S.A. ("Cemig T"), empresa que será responsável pela gestão de todos os ativos da transmissão hoje sob responsabilidade da Cemig GT.

A criação da Cemig T visa adequar a Cemig ao novo ambiente regulatório imposto pela Lei 12.783/13, trazendo maior foco ao negócio de transmissão, bem como maior clareza na gestão de suas receitas e de seus custos.

Esta operação será submetida à aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, estando sua conclusão sujeita à obtenção da aprovação prévia pertinente.

Celebração de termos aditivos em operações de dívida da Cemig GT

Em 10 de outubro de 2013, o Conselho de Administração deliberou autorizar a celebração de termos de aditivos em operações de dívida da Cemig GT firmadas com o Banco do Brasil com a finalidade de postergar o vencimento das parcelas previstas para 2013, no valor de R\$600 milhões, para 2014 (20%), 2015 (20%) e 2016 (60%), mantendo-se os demais vencimentos e os encargos financeiros de 104,10% da variação do CDI e pagando uma comissão de 0,99% sobre o valor da operação na data da celebração dos aditivos. As renovações das operações de crédito manterão a garantia da Cemig e a faculdade da Cemig GT, a seu critério, pré-pagar a dívida sem a incidência de custos adicionais.

Transferência de controle da TAESA da CEMIG GT para a CEMIG S.A

Em 24 de outubro de 2013 as Assembleias Gerais de Debenturistas da Cemig Geração e Transmissão S.A, referentes às emissões descritas a seguir, anuíram nos termos do art. 174, §3º, da Lei das S/A, a redução do Capital Social da Cemig GT de R\$3.296.785.358,90 (três bilhões, duzentos e noventa e seis milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos) para R\$893.192.096,76 (oitocentos e noventa e três milhões, cento e noventa e dois mil, noventa e seis reais e setenta e seis centavos) em decorrência da transferência das ações de emissão da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA para a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, garantidora das Debêntures das Emissões, conforme anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, obtida por meio da Resolução Autorizativa nº 4.108/2013, de 14 de maio de 2013, e deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária da Cemig GT realizada em 26 de setembro de 2013, observadas as cláusulas VII, item (viii), e X da Escritura de Emissão. São elas:

- 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública da Cemig Geração e Transmissão S.A; e
- 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, para distribuição pública da Cemig Geração e Transmissão S.A.

31. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A Companhia também atua nos mercados de gás, telecomunicações e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Os custos e despesas operacionais referentes aos períodos de janeiro a setembro de 2013 e 2012 estão apresentados de forma consolidada nas tabelas a seguir:

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE SETEMBRO DE 2013

DESCRIÇÃO	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO	TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
ATIVO	9.528.261	3.966.158	14.216.435	337.752	570.691	2.506.608	(411.796)	30.714.109
ADIÇÕES AO SEGMENTO	250.154	83.448	616.958	22.525	-	-	-	973.085
RECEITA	3.742.207	198.000	6.799.591	84.797	-	70.094	(232.209)	10.662.480
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA								
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(935.052)		(2.925.655)	-	-	(9)	133.152	(3.727.564)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(193.218)	(219)	(275.725)	-	-	-	72.887	(396.275)
Total Custos Operacionais com Energia Elétrica e Gás	(1.128.270)	(219)	(3.201.380)	-	-	(9)	206.039	(4.123.839)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(168.877)	(79.150)	(694.898)	(9.770)	-	(43.826)	-	(996.521)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(30.102)	(14.559)	(54.895)	(1.021)	-	(9.384)	-	(109.961)
Obrigações Pós-Emprego	(19.122)	(9.334)	(89.130)	-	-	(8.285)	-	(125.871)
Materiais	(5.019)	(3.082)	(36.121)	(100)	-	(236)	-	(44.558)
Materia Prima Insumo	(51.812)	-	-	-	-	-	-	(51.812)
Serviços de Terceiros	(96.105)	(21.804)	(530.848)	(15.229)	-	(9.022)	22.959	(650.049)
Depreciação e Amortização	(232.772)		(313.483)	(22.972)	-	(343)	(4.144)	(573.714)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(93.996)		-	-	-	-	-	(93.996)
Provisões (Reversões) Operacionais	(5.527)	(2.712)	(127.185)	(17)	-	(11.359)	(142)	(146.942)
Custos de Construção	-	(80.696)	(616.958)	-	-	-	-	(697.654)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(46.081)	(14.082)	(191.218)	(13.637)	-	(26.881)	(616)	(292.515)
Total Custo de Operação	(749.413)	(225.419)	(2.654.736)	(62.746)	-	(109.336)	18.057	(3.783.593)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(1.877.683)	(225.638)	(5.856.116)	(62.746)	-	(109.345)	224.096	(7.907.432)
Resultado Operac. Antes do Res. De Equiv. Patrim. e Financeiro	1.864.524	(27.638)	943.475	22.051	-	(39.251)	(8.113)	2.755.048
Resultado de Equivalência Patrimonial	16.098	438.747	122.574	(14.802)	62.614	(25.543)	-	599.688
Ganho na Alienação das Ações da TBE	-	(94.080)	-	-	-	378.378	-	284.298
Lucro Não Realizado	-	-	-	-	-	(80.959)	-	(80.959)
Receita Financeira	74.567	24.131	211.394	4.158	-	116.001	-	430.251
Despesa Financeira	(208.168)	(163.663)	(464.331)	(3.142)	-	(25.384)	-	(864.688)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	1.747.021	177.497	813.112	8.265	62.614	323.242	(8.113)	3.123.638
Imposto de Renda e Contribuição Social	(567.462)	87.598	(234.905)	(7.598)	-	(129.845)	-	(852.212)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.179.559	265.095	578.207	667	62.614	193.397	(8.113)	2.271.426

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE SETEMBRO DE 2012									
DESCRIÇÃO	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO	TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL	
ATIVO	9.331.240	5.292.865	13.470.833	378.087	520.876	3.406.580	(642.628)	31.757.853	
ADIÇÕES AO SEGMENTO	70.640	70.079	980.799	16.086	-	-	-	1.137.604	
RECEITA	3.152.605	343.210	6.981.507	86.715	-	51.781	(287.629)	10.328.189	
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS									
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(431.088)	-	(2.800.406)	-	-	(17)	126.493	(3.105.018)	
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(205.127)	(158)	(594.585)	-	-	-	135.213	(664.657)	
Total Custos Operacionais com Energia Elétrica e Gás	(636.215)	(158)	(3.394.991)	-	-	(17)	261.706	(3.769.675)	
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS									
Pessoal	(136.907)	(77.374)	(568.701)	(11.391)	-	(38.699)	-	(833.072)	
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(27.985)	(13.498)	(117.521)	(1.543)	-	(13.586)	-	(174.133)	
Obrigações Pós-Emprego	(15.116)	(7.378)	(70.416)	-	-	(7.583)	-	(100.493)	
Materiais	(12.264)	(5.127)	(34.954)	(92)	-	(961)	-	(53.398)	
Serviços de Terceiros	(87.521)	(24.590)	(499.535)	(13.858)	-	(16.694)	23.735	(618.463)	
Depreciação e Amortização	(253.369)	-	(278.209)	(24.148)	-	(300)	(4.145)	(560.171)	
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(139.021)	-	-	-	-	-	-	(139.021)	
Provisões (Reversões) Operacionais	(1.831)	(945)	(67.505)	(10)	-	8.886	-	(61.405)	
Custos de Construção	-	(70.079)	(980.799)	-	-	-	-	(1.050.878)	
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(40.265)	(16.847)	(145.795)	(12.512)	-	(25.992)	(2.622)	(244.033)	
Total Custo de Operação	(714.279)	(215.838)	(2.763.435)	(63.554)	-	(94.929)	16.968	(3.835.067)	
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(1.350.494)	(215.996)	(6.158.426)	(63.554)	-	(94.946)	278.674	(7.604.742)	
Resultado Operac. Antes do Res. De Equiv. Patrim. E Financeiro	1.802.111	127.214	823.081	23.161	-	(43.165)	(8.955)	2.723.447	
Resultado de Equivalência Patrimonial	(17.375)	632.002	90.818	(14.079)	41.526	(34.567)	-	698.325	
Receita Financeira	86.920	25.941	227.381	7.499	-	162.809	-	510.550	
Despesa Financeira	(253.920)	(185.795)	(433.250)	(3.578)	-	(144.707)	-	(1.021.250)	
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	1.617.736	599.362	708.030	13.003	41.526	(59.630)	(8.955)	2.911.072	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(531.757)	10.899	(207.901)	(9.080)	-	(482)	-	(738.321)	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.085.979	610.261	500.129	3.923	41.526	(60.112)	(8.955)	2.172.751	

DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

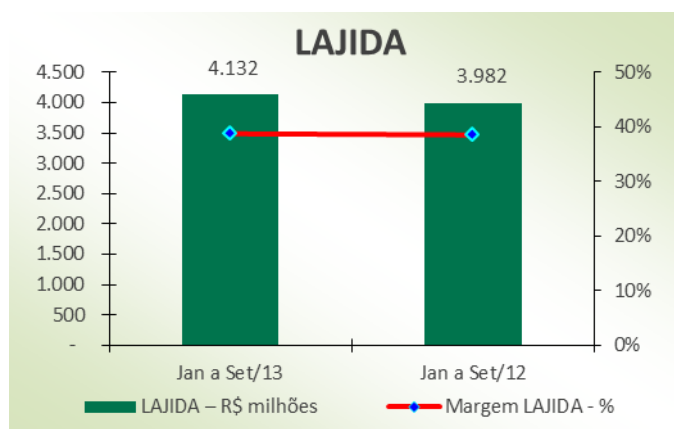
Resultado do Período

A Cemig apresentou, no período de janeiro a setembro de 2013, um resultado de R\$2.271.426, em comparação ao resultado de R\$2.172.751 no mesmo período de 2012, um aumento de 4,54%. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da Cemig apresentou um aumento de 3,76% no período de janeiro a setembro de 2013 na comparação com o mesmo período de 2012:

LAJIDA - R\$ mil	30/09/2013	30/09/2012	Var. %
Resultado do Período	2.271.426	2.172.751	4,54
+ Despesa de IR e Contribuição Social	852.212	738.321	15,43
+ Resultado Financeiro Líquido	434.437	510.700	(14,93)
+ Amortização	573.714	560.171	2,42
= LAJIDA	4.131.789	3.981.943	3,76



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O aumento do LAJIDA consolidado no período de janeiro a setembro de 2013, em comparação ao mesmo período de 2012, deve-se, principalmente, ao aumento de 3,24% na receita, adicionado do ganho líquido na alienação da participação na TBE para a TAESA, compensados, parcialmente, pelo aumento de 4,10% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com amortização). A margem do LAJIDA passou de 38,55%, no período de janeiro a setembro de 2012, para 38,75%, no período de janeiro a setembro de 2013.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$10.850.831, no período de janeiro a setembro de 2013, em comparação a R\$11.347.378, no mesmo período de 2012, representando uma redução de 4,38%. Os principais impactos na Receita, no período de janeiro a setembro de 2013, decorreram dos seguintes fatores:

- redução tarifária média percebida pelos consumidores cativos da Cemig Distribuição de 18,14%, conforme Revisão Tarifária Extraordinária estabelecida pela Medida Provisória 579 de 11 de setembro de 2012, posteriormente convertida na Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013. As tarifas foram aplicadas de 24 de janeiro de 2013 a 07 de abril de 2013, quando ocorreu o resultado do processo de Revisão Tarifária Ordinária, prevista para ocorrer de 5 em 5 anos no contrato de concessão;
- redução de 2,38% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- reajuste tarifário anual com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos da Cemig Distribuição de 3,85%, a partir de 8 de abril de 2012 (efeito integral em 2013);
- revisão tarifária com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos da Cemig Distribuição de 2,99%, a partir de 8 de abril de 2013;
- Reajuste nos contratos de venda de energia para consumidores livres em 2013, sendo a maior parte dos contratos indexados à variação do IGP-M;

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh)

Consumo por Classe	MWh (*)		
	30/09/2013	30/09/2012	Var %
Residencial	7.039.710	6.593.995	6,76
Industrial	17.186.013	18.954.170	(9,33)
Comércio, Serviços e Outros	4.468.740	4.208.713	6,18
Rural	2.245.794	2.091.501	7,38
Poder Público	636.012	610.726	4,14
Iluminação Pública	947.598	928.484	2,06
Serviço Público	925.918	877.436	5,53
Total	33.449.785	34.265.025	(2,38)

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

A redução de 9,33% na classe industrial deve-se ao desaquecimento das atividades do setor, que foi compensada, parcialmente, pelo mercado cativo residencial e comercial, que apresentaram patamares mais elevados de consumo, decorrentes, principalmente, dos seguintes fatores:

- elevação de 3,21% do consumo médio por consumidor residencial, somado a um crescimento de 3,44% do número de consumidores residenciais, quando comparado ao mesmo período de 2012;
- crescimento destacado para o comércio varejista, que representa 33,0% do mercado cativo comercial e cresceu 5,50%, quando comparado ao mesmo período de 2012.

Deve, também, ser ressaltado que em função do maior preço da energia no mercado atacadista em 2013, consequência do baixo nível dos reservatórios, parte da energia disponível para revenda migrou dos consumidores livres para a liquidação na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Com relação ao mercado cativo rural, um dos principais fatores para o crescimento de 7,38% foi a expressiva demanda de energia para irrigação, em função de condições climáticas atípicas para o período úmido, com baixos níveis de precipitação nos meses de fevereiro e março de 2013.

Receita com Suprimento a Outras Concessionárias

A receita com energia vendida foi R\$1.552.730 no período de janeiro a setembro de 2013 comparados a R\$1.234.498 de janeiro a setembro de 2012, o que representou um aumento de 25,78%. Os principais fatores que ocasionaram este resultado estão relacionados a seguir:

- aumento de 20,93% na quantidade de energia vendida a outras concessionárias, que foi de 11.692.287 MWh no período de janeiro a setembro de 2013, comparados a 9.668.275 MWh no mesmo período de 2012;
- aumento de 4,00% no preço médio de venda da energia, que foi de R\$132,80 por MWh no período de janeiro a setembro de 2013 em comparação a R\$127,69 por MWh no mesmo período de 2012.

Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. No período de janeiro a setembro de 2013, a receita foi de R\$776.962 comparada a R\$1.366.880 do mesmo período de 2012, o que representou uma redução de 43,16%. Esta variação decorre, principalmente, da redução na tarifa advinda da revisão tarifária da Cemig Distribuição, com impacto médio percebido pelos consumidores livres, de 33,22%, a partir de 08 de abril de 2013.

Transações com Energia na CCEE

Esta receita está associada às exposições líquidas da Cemig no mercado de curto prazo, que foi de R\$853.414 no período de janeiro a setembro de 2013, em comparação a R\$271.318 no mesmo período de 2012, um aumento de 214,54%. Este resultado decorre, principalmente, de uma maior disponibilidade de energia para liquidação na CCEE no período, decorrente, principalmente, da energia migrada dos consumidores livres e do excedente de energia advinda dos contratos por disponibilidade, associada à alta de 110,56% verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), que foi de R\$253,68 por MWh de janeiro a setembro de 2013 e R\$120,48 por MWh no mesmo período de 2012.

Receita de Concessão da Transmissão

A receita de Concessão da Transmissão foi de R\$322.224 no período de janeiro a setembro de 2013 comparados a R\$504.043 no mesmo período de 2012, apresentando uma redução de 36,07%. Esta variação decorre, principalmente, da renovação das concessões de transmissão antigas da Companhia que, a partir de 2013, passaram a ser remuneradas apenas pela operação e manutenção da infraestrutura, conforme os termos da Medida Provisória nº 579 (convertida em Lei Federal nº 12.783/13).

Receita de Construção de Distribuição

As Receitas de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$616.958, no período de janeiro a setembro de 2013, comparados a R\$980.799, do mesmo período de 2012, uma redução de 37,10%. Esta receita é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Outras Receitas Operacionais

As outras receitas da Companhia apresentaram um aumento de 99,96% nos períodos comparados (R\$737.255 no período de janeiro a setembro de 2013, em comparação a R\$368.695 no mesmo período de 2012). Esta variação foi ocasionada, principalmente, de repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), para compensar os subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) que não foram incorporados à tarifa, no montante de R\$351.772 no período de janeiro a setembro de 2013.

Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

Os impostos e encargos sobre a Receita no período de janeiro a setembro de 2013 foram de R\$3.575.860, comparados a R\$4.581.003, do mesmo período de 2012, representando uma redução de 21,94%. Este resultado decorre, principalmente, da aplicação da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, quanto à redução dos encargos setoriais:

Conta de Consumo de Combustível (CCC)

Refere-se aos Custos de operação das Usinas Térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL.

A partir de fevereiro de 2013, em função da Lei 12.783/13, a Companhia ficou isenta do recolhimento da Conta de Consumo de Combustível (CCC). Os encargos referentes à CCC foram de R\$25.487, referente a janeiro de 2013, comparados a R\$375.738, do período de janeiro a setembro de 2012, representando uma redução de 93,22%.

Reserva Global de Reversão (RGR)

A Reserva Global de Reversão é uma cota anual embutida nos custos das concessionárias para geração de recursos para expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Os encargos referentes à RGR no período de janeiro a setembro de 2013 foram de R\$79.225, comparados a R\$167.965 do mesmo período de 2012, representando uma redução de 52,83%. Esta redução decorre, principalmente, dos efeitos da Lei 12.783/13, que isentou a Cemig Distribuição do recolhimento da RGR a partir de fevereiro de 2013.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas, e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$100.035, no período de janeiro a setembro de 2013, comparados a R\$374.059, do mesmo período de 2012, representando uma redução de 73,26%. A Lei 12.783 reduziu em 75,00% os encargos referentes à CDE.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (incluindo o Custo de Construção e excluindo o Resultado Financeiro) foram de R\$7.907.432, no período de janeiro a setembro de 2013, comparados a R\$7.604.742, do mesmo período de 2012, representando um aumento de 3,98%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 24 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$396.275 no período de janeiro a setembro de 2013, comparados a R\$664.657 no mesmo período de 2012, representando uma redução de 40,38%. Este resultado decorre da aplicação da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que reduziu os encargos setoriais e também renovou concessões antigas de transmissão do setor elétrico, com a redução na remuneração das concessionárias, o que refletiu na diminuição dos encargos de transmissão.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura foram de R\$697.654, no período de janeiro a setembro de 2013, comparados a R\$1.050.878, do mesmo período de 2012, uma redução de 33,61%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$996.521 no período de janeiro a setembro de 2013, comparados a R\$833.072 no mesmo período de 2012, representando um aumento de 19,62%. Este resultado decorre, principalmente, das adesões de empregados ao novo programa de desligamento da companhia, o Programa Incentivo ao Desligamento (PID), com uma provisão de R\$112.460 no resultado no período de janeiro a setembro de 2013. Adicionalmente contribuiu para esta variação, o reajuste salarial de 6%, concedido aos empregados em 2012, decorrente do Acordo Coletivo 2012/2013.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$3.727.564 no período de janeiro a setembro de 2013, comparada a R\$3.105.018 no mesmo período de 2012, um aumento de 20,05%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- maior compra de energia no ambiente livre em 2013, uma variação de R\$458.031, em função da maior atividade de comercialização, associado ao maior custo de aquisição em função do aumento do preço da energia no mercado brasileiro;
- este aumento foi compensado, parcialmente, pela redução nos gastos com energia de curto prazo decorrente de exposição na CCEE, tendo em vista o ressarcimento pelo Governo Federal de parcela dos custos no montante de R\$947.155, conforme abaixo:

- R\$489.491 decorrentes da redução do impacto do reajuste tarifário da Cemig Distribuição, limitado em 3,00% pelo Governo Federal, com o recebimento à vista pela Cemig Distribuição de parcela dos gastos com compra de energia que foram superiores à receita no período de abril de 2012 à abril de 2013;
 - R\$457.664 em virtude do alívio das exposições financeiras da Companhia no mercado de curto prazo, que cobriu o déficit tarifário relativo ao risco hidrológico decorrente das cotas, à exposição involuntária decorrente da não adesão à prorrogação das concessões e ao Encargo de Serviço de Sistema (ESS-Segurança Energética).
- aumento de 5,57% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$1.450.475 no período de janeiro a setembro de 2013, comparados a R\$1.373.984 no mesmo período de 2012, decorrente dos contratos por disponibilidade, em virtude dos gastos com combustível para geração de energia elétrica pelas usinas termelétricas;
 - alocação, para as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional (SIN), de cotas de garantia física de energia e de potência das usinas cuja concessão foi renovada nos termos da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013;
 - aumento de 15,73% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$750.369 no período de janeiro a setembro de 2013, comparados a R\$648.355 no mesmo período de 2012, em decorrência, dentre outros fatores, da desvalorização do Real frente ao Dólar no período de janeiro a setembro de 2013, comparada a uma valorização no mesmo período de 2012. O Dólar médio relativo às faturas no período de janeiro a setembro de 2013 foi de R\$2,1238, em comparação a R\$1,8564 do mesmo período de 2012, o que representou uma variação de 14,40%;

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$146.942, no período de janeiro a setembro de 2013, comparados a R\$61.405, do mesmo período de 2012, um aumento de 139,30%. Esta variação decorre, principalmente, da constituição, em 2013, de provisão relativa a ação regulatória onde se discute a mensuração de indicadores de qualidade na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica, no montante de R\$20.315, e também do aumento de R\$109.316 nas provisões trabalhistas. O aumento nas provisões trabalhistas decorre do maior volume e revisão da expectativa de perdas de ações desta natureza no período, parcialmente, compensado pela reversão de provisões relativas a diversos processos discutindo relações de consumo, em virtude, principalmente, da reavaliação da probabilidade de perda, baseada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

Obrigações Pós-Emprego

As Obrigações Pós-Emprego foram de R\$125.871, no período de janeiro a setembro de 2013, comparados a R\$100.493, do mesmo período de 2012, um aumento de 25,25%. A despesa reflete, basicamente, a atualização financeira da obrigação e esta variação decorre, principalmente, da redução da taxa de desconto nas obrigações atuariais a partir de 31 de dezembro de 2012 (3,66% em 2012 comparado a 5,53% em 2011), o que teve como consequência o aumento nas obrigações atuariais registradas pela Companhia a partir daquela data.

Outras Despesas Operacionais Líquidas

Os demais itens de Custos e Despesas Operacionais somaram, em conjunto, um valor de R\$292.515 no período de janeiro a setembro de 2013, comparados a R\$244.033 no mesmo período de 2012, o que representou um aumento de 19,87%. Esta variação decorre, principalmente, do PASEP e da COFINS incidentes sobre os repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), para compensar os subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) que não foram incorporados à tarifa.

Ganho nas Transferências das Ações da TBE

No período de janeiro a setembro de 2013, a Companhia apresentou ganho líquido no valor de R\$284.298 em função da transferência, em 31 de março de 2013, da totalidade das participações acionárias detidas pela CEMIG GT para a TAESA.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial foi um ganho de R\$598.485 de janeiro a setembro de 2013, comparado a R\$698.325 no terceiro trimestre de 2012, uma redução de 14,30%.

Essa redução é decorrente do resultado apurado no ano anterior de R\$258.705 em função da oferta pública de ações na Taesa, o que gerou um ganho patrimonial para a Companhia no período.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido, no período de janeiro a setembro de 2013, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$434.437, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$510.700 no mesmo período de 2012, uma redução de 14,93%. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento de 31,66% na renda de aplicação financeira, que foi de R\$201.685 no período de janeiro a setembro de 2013, comparados a R\$153.186 do mesmo período de 2012, decorrente do maior volume de recursos disponíveis para aplicação em 2013;
- redução de 64,40% na atualização monetária das Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$43.547 no período de janeiro a setembro de 2013, comparados a R\$122.326 no mesmo período de 2012, em função da antecipação do pagamento integral das obrigações no primeiro trimestre de 2013;
- redução de 59,52% nas receitas com multas contratuais, que foram de R\$15.889 no período de janeiro a setembro de 2013, em comparação com R\$39.255 no mesmo período de 2012, decorrente, principalmente, de renegociação de débitos relativos a contrato de compartilhamento de infraestrutura em 2012;
- redução de 24,37% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, R\$514.522 no período de janeiro a setembro de 2013, comparados a R\$680.318 do mesmo período de 2012, decorrente, basicamente, da redução no volume de captação de recursos indexados ao CDI;
- aumento de 26,86% nas variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, R\$154.110 no período de janeiro a setembro de 2013, comparados a R\$121.480 do mesmo período de 2012. Este resultado decorre do maior volume de captações em 2013 indexadas à índices de inflação.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 25 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig apurou, no período de janeiro a setembro de 2013, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$852.212 em relação ao Resultado Antes dos Impostos de R\$3.123.638, representando um percentual de 27,28%. No mesmo período de 2012, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$738.321 em relação ao Resultado Antes dos Impostos de R\$2.911.072, representando um percentual de 25,36%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS TERCEIROS TRIMESTRES DE 2013 E 2012

	Terceiro Trim/2013	Terceiro Trim/2012	Var. %
RECEITA	3.545.896	3.673.146	(3,46)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal e Administradores	(290.789)	(269.679)	7,83
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	(38.378)	(58.288)	(34,16)
Obrigações Pós-emprego	(41.957)	(33.498)	25,25
Materiais	(16.688)	(24.020)	(30,52)
Serviços de Terceiros	(211.046)	(216.488)	(2,51)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.452.854)	(1.168.200)	24,37
Depreciação e Amortização	(186.589)	(188.856)	(1,20)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(31.143)	(44.173)	(29,50)
Provisões Operacionais	(33.644)	(15.699)	114,31
Custo de Construção de Infraestrutura	(232.249)	(465.924)	(50,15)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(142.183)	(229.268)	(37,98)
Outras Despesas Líquidas	(115.417)	(81.092)	42,33
	(2.792.937)	(2.795.185)	(0,08)
Resultado de Equivalência Patrimonial	347.903	460.639	(24,47)
Lucros não realizados	1.203	-	100
Resultado antes do Resultado Financeiro	1.102.065	1.338.600	(17,67)
Receitas Financeiras	147.412	214.024	(31,12)
Despesas Financeiras	(266.727)	(383.855)	(30,51)
Resultado antes dos Impostos	982.750	1.168.769	(15,92)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(240.700)	(297.987)	(19,22)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	46.791	66.349	(29,48)
Resultado do Período	788.841	937.131	(15,82)
Lucro Líquido Básico e Diluído por ação ordinária			

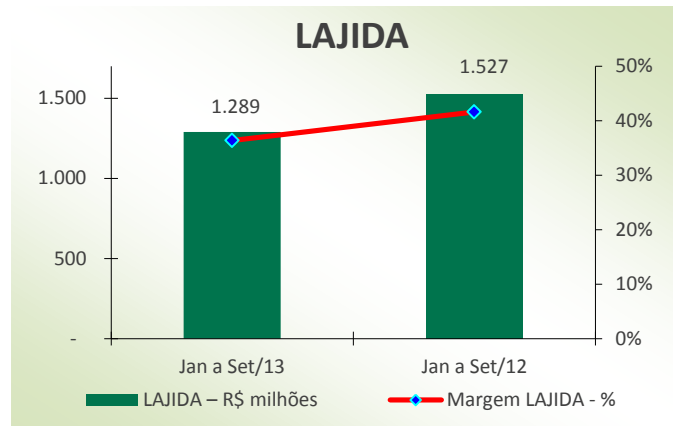
Resultado do Período

A Cemig apresentou, no terceiro trimestre de 2013, um resultado de R\$788.841, em comparação ao resultado de R\$937.131, no terceiro trimestre de 2012, uma redução de 15,82%. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da Cemig apresentou uma redução de 15,63% no terceiro trimestre de 2013 na comparação com o mesmo período de 2012:

LAJIDA - R\$ mil	Terceiro Trim/2013	Terceiro Trim/2012	Var. %
Resultado do Período	788.841	937.131	(15,82)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	193.909	231.638	(16,29)
+ Resultado Financeiro Líquido	119.315	169.831	(29,74)
+ Amortização	186.589	188.856	(1,20)
= LAJIDA	1.288.654	1.527.456	(15,63)



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução do LAJIDA consolidado no terceiro trimestre de 2013, em comparação ao terceiro trimestre de 2012, deve-se, principalmente, da redução da equivalência patrimonial, que foi de R\$347.903 no terceiro trimestre de 2013 em comparação a 460.639 no terceiro trimestre de 2012. Essa redução é decorrente do ganho apurado no ano anterior de R\$258.705 em função da oferta pública de ações na Taesa, o que gerou um ganho patrimonial para a Companhia. Em linha com o redução do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 41,58%, no terceiro trimestre de 2012, para 36,34%, no terceiro trimestre de 2013.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$3.850.195, no terceiro trimestre de 2013, em comparação a R\$3.928.169, no terceiro trimestre de 2012, representando uma redução de 1,98%.

No que se refere à venda para consumidores finais, foi de R\$3.139.205 no terceiro trimestre de 2013, em comparação a R\$3.458.605 no mesmo período de 2012, representando uma redução de 9,23%. Os principais impactos na Receita, no terceiro trimestre de 2013, decorreram dos seguintes fatores:

- redução tarifária média percebida pelos consumidores cativos da Cemig Distribuição de 18,14%, conforme Revisão Tarifária Extraordinária estabelecida pela Medida Provisória 579 de 11 de setembro de 2012, posteriormente convertida na Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013. As tarifas foram aplicadas de 24 de janeiro de 2013 a 07 de abril de 2013, quando ocorreu o resultado do processo de Revisão Tarifária Ordinária;

- redução de 2,26% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- reajuste tarifário anual com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos da Cemig Distribuição de 3,85%, a partir de 8 de abril de 2012 (efeito integral em 2013);
- revisão tarifária com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos da Cemig Distribuição de 2,99%, a partir de 8 de abril de 2013.
- Reajuste nos contratos de venda de energia para consumidores livres em 2013, sendo a maior parte dos contratos indexados à variação do IGP-M.

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh)

Consumo por Classe	MWh		
	Terceiro Trim/2013	Terceiro Trim/2012	Var %
Residencial	2.343.749	2.210.313	6,04
Industrial	6.002.381	6.594.665	(8,98)
Comércio, Serviços e Outros	1.436.847	1.358.282	5,78
Rural	910.719	826.834	10,15
Poder Público	209.886	201.149	4,34
Iluminação Pública	317.629	313.113	1,44
Serviço Público	316.123	299.377	5,59
Total	11.537.334	11.803.733	(2,26)

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

A redução de 8,98% na classe industrial deve-se ao desaquecimento das atividades do setor, que foi compensada, parcialmente, pelo aumento nas classes residencial, comércio, serviços e outros.

Adicionalmente ao aumento na quantidade de consumidores na classe rural, houve um crescimento expressivo da demanda de energia para irrigação, em função de condições climáticas atípicas para o período úmido, com baixos níveis de precipitação nos meses de fevereiro, março, julho e setembro.

Receita com Suprimento a Outras Concessionárias

A quantidade de energia vendida a outras concessionárias foi de 4.032.768 MWh no terceiro trimestre de 2013 comparados a 3.268.901 MWh no terceiro trimestre de 2012, um aumento de 23,37%. A receita com energia vendida foi R\$633.218 no terceiro trimestre de 2013 comparados a R\$454.786 no terceiro trimestre de 2012. O preço médio de venda da energia foi de R\$157,02 por MWh no terceiro trimestre de 2013, em comparação a R\$139,13 por MWh no terceiro trimestre de 2012, um aumento de 12,86%.

Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. No terceiro trimestre de 2013, a receita foi de R\$205.238 comparada a R\$462.591 do mesmo período de 2012, o que representou uma redução de 55,63%. Esta variação decorre, principalmente, da redução na tarifa advinda da revisão tarifária da Cemig Distribuição, com impacto médio percebido pelos consumidores livres, de 33,22%, a partir de 08 de abril de 2013.

Receita de Construção de Distribuição

As receitas de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$195.132, no terceiro trimestre de 2013, comparados a R\$438.373, do mesmo período de 2012, uma redução de 55,49%. Esta receita é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Outras Receitas Operacionais

As outras receitas da Companhia apresentaram um aumento de 169,57% no terceiro trimestre comparados ao mesmo período de 2012 (R\$290.850 no terceiro trimestre de 2013, em comparação a R\$107.894 no mesmo período de 2012). Esta variação foi ocasionada, principalmente, pelo repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), para compensar os subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) que não foram incorporados à tarifa, no montante de R\$136.026 no terceiro trimestre de 2013.

Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

Os impostos e encargos sobre a Receita no terceiro trimestre de 2013 foram de R\$1.162.559, comparados a R\$1.512.200, do terceiro trimestre de 2012, representando uma redução de 23,12%. Este resultado decorre, principalmente, da aplicação da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, quanto à redução dos encargos setoriais:

Reserva Global de Reversão (RGR)

A Reserva Global de Reversão era uma cota anual embutida nos custos das concessionárias para geração de recursos para expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, e os pagamentos eram definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Os encargos referentes à RGR foram de R\$19.052, no terceiro trimestre de 2013, comparados a R\$58.411, do terceiro trimestre de 2012, representando uma redução de 67,38%. Os valores das quotas são definidos por meio da ANEEL e, neste terceiro trimestre, foram divulgadas novas quotas com valores inferiores ao mesmo período de 2012 deduzindo valores correspondentes à Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TSFEE) bem como ajustes de exercícios anteriores.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas, e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$34.292, no terceiro trimestre de 2013, comparados a R\$125.092, do terceiro trimestre de 2012, representando uma redução de 72,59%. A Lei 12.783 reduziu em 75,00% os encargos referentes à CDE.

Conta de Consumo de Combustível (CCC)

Refere-se aos Custos de operação das Usinas Térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL.

A partir de fevereiro de 2013, em função da Lei 12.783/13, a Companhia ficou isenta do recolhimento da Conta de Consumo de Combustível (CCC), comparado a R\$87.652, do terceiro trimestre de 2012.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (incluindo o Custo de Construção e excluindo o Resultado Financeiro) foram de R\$2.792.937, no terceiro trimestre de 2013, comparados a R\$2.795.185. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 24 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

Despesas de Pessoal

As despesas com pessoal totalizaram R\$290.789 no terceiro trimestre de 2013, comparados a R\$269.679 no terceiro trimestre de 2012, representando um aumento de 7,83%.

Este resultado decorre, principalmente, da menor traferência de custos de pessoal para as obras em andamento, tendo em vista o menor programa de investimentos de 2013. Ressalta-se a redução do número de empregados, 7.948 empregados em setembro de 2013 na comparação com 8.401 empregados em setembro de 2012, o que compensou parcialmente o reajuste salarial de 6%, concedido aos empregados em 2012, decorrente do Acordo Coletivo 2012/2013.

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$142.183 no terceiro trimestre de 2013, comparados a R\$229.268 no terceiro trimestre de 2012, representando uma redução de 37,98%. Este resultado decorre da aplicação da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que reduziu os encargos setoriais e também renovou concessões antigas de transmissão do setor elétrico, com a redução na remuneração das concessionárias, o que refletiu na diminuição dos encargos de transmissão.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura foram de R\$232.249, no terceiro trimestre de 2013, comparados a R\$465.924, do mesmo período de 2012, uma redução de 50,15%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$1.452.854 no terceiro trimestre de 2013, comparada a R\$1.168.200 no terceiro trimestre de 2012, um aumento de 24,37%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- maior compra de energia no ambiente livre em 2013, uma variação de R\$200.116, em função da maior atividade de comercialização, associado ao maior custo de aquisição em função do aumento do preço da energia no mercado brasileiro;
- redução nos gastos com energia de curto prazo decorrente de exposição na CCEE, tendo em vista o ressarcimento pelo Governo Federal de parcela dos custos no montante de R\$98.822;
- alocação, para as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional (SIN), de cotas de garantia física de energia e de potência das usinas cuja concessão foi renovada nos termos da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013;
- aumento de 17,97% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$272.637 no terceiro trimestre de 2013, comparados a R\$231.112 no mesmo período de 2012, em decorrência, dentre outros fatores, da desvalorização do Real frente ao Dólar no terceiro trimestre de 2013, comparada a uma valorização no mesmo período de 2012. O Dólar médio relativo às faturas no período de janeiro a setembro de 2013 foi de R\$2,12, em comparação a R\$1,86 do mesmo período de 2012, o que representou uma variação de 13,98%;

Obrigações Pós-Emprego

As Obrigações Pós-Emprego foram de R\$41.957 no terceiro trimestre de 2013, comparados a R\$33.498 do mesmo período de 2012, um aumento de 25,25%. A despesa reflete, basicamente, a atualização financeira da obrigação e esta variação decorre, principalmente, da redução da taxa de desconto nas obrigações atuariais a partir de 31 de dezembro de 2012 (3,66% em 2012 comparado a 5,53% em 2011), o que teve como consequência o aumento nas obrigações atuariais registradas pela Companhia a partir daquela data.

Outras Despesas Operacionais Líquidas

Os demais itens de Custos e Despesas Operacionais somaram, em conjunto, um valor de R\$115.417 no terceiro trimestre de 2013, comparados a R\$81.092 no mesmo período de 2012, o que representou um aumento de 42,33%. Esta variação decorre, principalmente, do PASEP e da COFINS incidentes sobre os repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), para compensar os subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) que não foram incorporados à tarifa.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial foi um ganho de R\$347.903 no terceiro trimestre de 2013, comparado a R\$460.639 no terceiro trimestre de 2012, uma redução de 24,37%.

Essa redução é decorrente do resultado apurado no ano anterior de R\$258.705 em função da oferta pública de ações na Taesa, o que gerou um ganho patrimonial para a Companhia no período.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido, no terceiro trimestre de 2013, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$119.315, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$169.831 no mesmo período de 2012, uma redução de 29,74%. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento de 77,06% na renda de aplicação financeira, que foi de R\$96.359 no terceiro trimestre de 2013, comparados a R\$54.422 do terceiro trimestre de 2012, decorrente do maior volume de recursos disponíveis para aplicação em 2013;
- redução de 22,30% nos acréscimos moratórios de contas de energia, que foi de R\$33.869 no terceiro trimestre de 2013, em comparação a R\$43.587 do mesmo período de 2012, decorrente, principalmente, do Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida com grande cliente em 2012, pelo não pagamento dos encargos de Uso do Sistema de Distribuição de períodos anteriores;
- variação na atualização monetária das Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais em função da antecipação do pagamento integral das obrigações no primeiro trimestre de 2013;
- redução de 32,41% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, R\$179.233 no terceiro trimestre de 2013, comparados a R\$265.190 do mesmo período de 2012, decorrente, basicamente, da redução no volume de captação de recursos indexados ao CDI;
- redução de 34,63% nas variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$30.309 no terceiro trimestre de 2013, comparados a R\$46.368 do mesmo período de 2012. Este resultado decorre, basicamente, da redução de captação de recursos indexados ao IPCA.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 25 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig apurou, no terceiro trimestre de 2013, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$193.909 em relação ao Resultado Antes dos Impostos de R\$982.750, representando um percentual de 19,73%. No terceiro trimestre de 2012, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$231.638 em relação ao Resultado Antes dos Impostos de R\$1.168.769, representando um percentual de 19,82%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Ativos e Passivos Regulatórios

As informações referentes aos ativos e passivos regulatórios constam do tópico Outras Informações que a Companhia entenda relevantes.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

(Informações não revisadas pelos Auditores Independentes)

Ativos e Passivos Regulatórios

Em função da harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais (IFRS) a partir de 2010, os ativos e passivos regulatórios passaram a não mais ser registrados nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Da mesma forma, os valores referentes aos itens regulatórios somente são reconhecidos nos resultados do exercício a partir da sua inclusão efetiva na tarifa da Companhia.

O impacto dos ativos e passivos regulatórios caso estivessem sendo reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia seriam conforme abaixo:

	30/09/2013	31/12/2012	01/01/2012
Ativos			
Despesas Antecipadas – CVA (1)	1.186.175	884.209	332.829
Revisão Tarifa de Uso da Rede de Distribuição – TUSD (2)	-	3.089	3.089
Subvenção Baixa Renda	-	335	591
Descontos TUSD Fonte Incentivada	57.312	59.627	26.620
Descontos TUSD Autoprodutor e Produtor Independente	(346)	7.597	29.137
Redução Tarifa uso Sistema Transmissão e Distribuição	2.959	-	-
Descontos concedidos a Irrigantes	9.826	8.338	20.231
Outros Ativos Regulatórios	46.972	17.735	31.198
	1.302.897	980.931	443.785
Passivos			
Parcela "A"	-	-	(9.646)
Passivos Regulatórios – CVA (1)	(821.113)	(294.474)	(559.253)
Subvenção Baixa Renda	-	(1.493)	(147.695)
Outros Passivos Regulatórios	(105.908)	(4.487)	(35.855)
Efeito no PL do aumento de participação em controlada em conjunto	-	5.248	5.248
	(927.021)	(295.206)	(747.201)

(1) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA);

(2) Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD).

Os efeitos líquidos dos ativos e passivos regulatórios nos resultados da Companhia, caso estivessem reconhecidos, seriam:

	30/09/2013	30/09/2012
Resultado do Exercício	2.271.426	2.172.751
Despesas Antecipadas e Passivos regulatórios – CVA (1)	(385.959)	261.843
Demais Componentes Regulatórios (2)	72.261	96.232
Efeitos Tributários sobre Ativos e Passivos Regulatórios	126.886	(148.248)
Resultado do Exercício considerando os ativos e passivos regulatórios	2.084.614	2.382.578

(1) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA);

(2) Referem-se, principalmente, à Subvenção Baixa Renda e descontos concedidos diversos.

Demonstrações Segregadas por Empresa (consolidação proporcional)

DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA EM 30 DE SETEMBRO DE 2013												
DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG GT	CEMIG D	LIGHT	TAESA	GASMIG	CEMIG TELECOM	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS	ELIMINAÇÕES E TRANSFERÊNCIAS	TOTAL
ATIVO	14.835.981	12.586.529	12.543.353	4.975.832	4.867.312	1.071.575	427.251	176.385	154.770	3.874.234	(16.417.096)	39.096.126
Caixa e Equivalentes de Caixa	426.884	896.246	632.464	615.617	241.878	38.888	22.459	9.499	12.176	222.760	-	3.118.871
Títulos e Valores Mobiliários - Aplic. Financeira	1.107.621	788.388	468.687	-	82.445	46.354	40.060	11.566	10.515	158.957	-	2.714.593
Contas a Receber	-	610.217	1.633.317	450.112	88.151	138.938	-	5.727	3.912	64.607	(34.873)	2.960.108
Tributos	425.826	96.436	1.452.490	359.148	315.868	65.869	28.581	554	89	16.124	-	2.760.985
Outros Ativos	584.774	304.717	1.525.699	495.492	92.072	156.247	57.896	4.010	53	151.039	(532.810)	2.839.189
Investimentos/Imob/Intangível/Financeiro de Concessão	12.290.876	9.890.525	6.830.696	3.055.463	4.046.898	625.279	278.255	145.029	128.025	3.260.747	(15.849.413)	24.702.380
PASSIVO	14.835.981	12.586.529	12.543.353	4.975.832	4.867.312	1.071.575	427.251	176.385	154.770	3.874.234	(16.417.096)	39.096.126
Fornecedores e suprimentos	7.485	214.792	804.163	201.240	26.196	44.028	15.995	844	1.693	60.852	(52.828)	1.324.460
Empréstimo, Financiamento e Debêntures	-	4.121.585	5.300.092	1.934.679	2.107.296	209.632	139.458	-	-	1.632.255	-	15.444.997
Juros sobre capital próprio e Dividendos	1.169.349	172.975	119.947	30.721	5.190	21.774	-	7.467	10.519	56.762	(425.354)	1.169.350
Obrigações Pós-Emprego	212.833	611.595	1.867.137	446.285	-	-	756	-	-	-	-	3.138.606
Tributos	20.735	403.696	925.619	234.197	675.812	66.529	19.481	43.161	1.669	46.181	-	2.437.080
Outros Passivos	227.653	534.603	876.983	314.372	59.060	183.249	3.413	3.667	2.079	190.929	(12.300)	2.383.708
Patrimônio Líquido	13.197.926	6.527.283	2.649.412	1.814.338	1.993.758	546.363	248.148	121.246	138.810	1.887.255	(15.926.614)	13.197.925
RESULTADO												
Receita Operacional Líquida	241	3.721.617	6.799.591	1.820.132	746.884	531.608	106.672	43.103	32.829	424.662	(315.958)	13.911.381
Custos e Despesas Operacionais	(96.593)	(2.022.718)	(5.856.116)	(1.474.636)	(118.981)	(439.963)	(92.796)	(10.203)	(13.926)	(200.390)	234.492	(10.091.830)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(903.049)	(2.925.655)	(958.151)	-	-	-	(1.058)	(4.149)	(60.990)	152.703	(4.700.349)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(188.072)	(275.724)	-	-	-	-	-	(1.638)	(23.436)	112.631	(376.239)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	(398.595)	-	-	-	-	-	(398.595)
Pessoal	(38.383)	(245.980)	(694.898)	(75.213)	(28.666)	(10.537)	(31.025)	(974)	(1.074)	(16.911)	-	(1.143.661)
Participações dos Empregados no Resultado	(8.948)	(44.387)	(54.895)	-	(3.481)	-	(1.152)	(123)	(150)	(868)	-	(114.004)
Obrigações Pós-Emprego	(8.285)	(28.456)	(89.130)	-	-	-	-	-	-	-	-	(125.871)
Materiais	(131)	(59.383)	(36.121)	(4.802)	(14.099)	(573)	(155)	(216)	(153)	(693)	-	(116.326)
Serviços de Terceiros	(6.623)	(99.659)	(530.848)	(108.004)	(33.221)	(2.650)	(17.601)	(1.987)	(2.200)	(37.268)	23.421	(816.640)
Depreciação e Amortização	(324)	(215.971)	(313.483)	(95.062)	(1.494)	(16.612)	(28.259)	(4.160)	(3.275)	(42.792)	(17.042)	(738.474)
Comp. Financ. pela Utilização de Recursos Hídricos	-	(90.168)	-	-	-	-	-	(1.322)	(965)	(3.476)	-	(95.931)
Provisões (Reversões) Operacionais	(8.050)	(8.267)	(127.185)	(49.770)	681	-	(32)	7	(7)	(3.510)	-	(196.133)
Custo de construção	-	(80.696)	(616.958)	(147.898)	(30.813)	-	-	-	-	(822)	-	(877.187)
Outras Despesas Líquidas	(25.849)	(58.630)	(191.219)	(35.736)	(7.888)	(10.996)	(14.572)	(370)	(315)	(9.624)	(37.221)	(392.420)
Resultado de Equivalência Patrimonial	2.104.917	340.794	-	54.677	15.973	-	-	-	-	2.471	(2.515.993)	2.839
Lucros Não Realizados	(80.959)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(80.959)
Ganho (Perda) na Alienação de Investimento	378.378	(94.080)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	284.298
Receita Financeira	111.884	85.462	211.394	76.940	67.347	21.731	5.476	1.378	1.028	21.840	-	604.480
Despesa Financeiro	(25.372)	(365.704)	(464.331)	(191.005)	(193.078)	(15.632)	(11.086)	(261)	(68)	(54.993)	4	(1.321.526)
Resultado antes do IR e CSLL	2.392.496	1.665.371	690.538	286.108	518.145	97.744	8.266	34.017	19.863	193.590	(2.597.455)	3.308.683
Imposto de Renda e Contribuição Social	(82.918)	(491.019)	(201.019)	(33.964)	(66.529)	(32.983)	(5.788)	(12.317)	(1.355)	(39.214)	-	(967.106)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(38.152)	46.883	(33.886)	(46.895)	3.238	-	(1.810)	783	(81)	(227)	-	(70.147)
Resultado do Período	2.271.426	1.221.235	455.633	205.249	454.854	64.761	668	22.483	18.427	154.149	(2.597.455)	2.271.430

Relações com Investidores

No ano de 2012, através de ações estratégicas com o objetivo de proporcionar aos investidores e acionistas uma correta avaliação dos nossos negócios e das nossas perspectivas de crescimento e agregação de valor, aumentamos a exposição da Cemig perante o mercado nacional e global de capitais.

Mantemos um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor em relação às ações da Companhia.

As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente e em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em mais de 40 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; Road shows; Money Shows; Expomoney, além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizamos no final de maio, pelo 18º ano consecutivo, o nosso já tradicional Encontro Cemig x Mercado de capitais e Investidores juntamente com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais – Apimec, na cidade de Uberlândia - MG, onde esses profissionais tiveram a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia.

Governança Corporativa

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

As ações preferenciais (“CMIG4”) e ordinárias (“CMIG3”) da Cemig estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bovespa desde 2001, garantindo a nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter American Depositary Receipts (ADRs) listados na NYSE (Bolsa de Nova

lorque), com lastro de ações PN (“CIG”) e ON (“CIG.C”), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque). Possuímos, também, ações preferenciais (“XCMIG”) listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.

Ressaltamos que nossos processos relevantes, relacionados com as Demonstrações Financeiras Consolidadas, estão adequados aos requisitos da seção 404 da lei americana Sarbanes Oxley desde o final de 2006.

Nosso estatuto inclui metas do Plano Diretor e de política de dividendos, conforme a seguir:

- endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a duas vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 40%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do LAJIDA;
- montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA;
- investimento apenas em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores às previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
- manutenção das despesas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;
- Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, até os seguintes limites:
 - endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA;
 - relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida/(dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 50%;
 - saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do LAJIDA.

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração reuniu-se 29 vezes durante o ano de 2012 para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na AGO realizada em 27 de abril de 2012, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo. Sua última movimentação ocorreu na AGOE realizada em 30/04/2013, que elegeu a atual composição, conforme artigo 141 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2014.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei, cabe ao Conselho de Administração:

- deliberação, prévia à celebração, sobre os contratos entre a Cemig e qualquer de seus acionistas ou controladores destes;
- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor igual ou superior a R\$ 14 milhões;
- autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;
- aprovação do Plano Diretor e de suas revisões, do Plano Plurianual e Estratégico e suas revisões e do Orçamento anual.

Comitês

Constituídos por membros do Conselho de Administração para analisar e discutir previamente as matérias a serem deliberadas naquele fórum, a saber:

1. Comitê de Apoio ao Conselho de Administração;
2. Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade;
3. Comitê de Recursos Humanos;
4. Comitê de Estratégia;
5. Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas; e,
6. Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.

Qualificação e remuneração

O Conselho de Administração é integrado por membros com formação em diversas áreas (Administração de Empresas, Engenharia, Advocacia, Economia e outras), com grande experiência na gestão de negócios. O montante global ou individual da remuneração do Conselho de Administração será fixado pela Assembleia Geral, em conformidade com a legislação vigente.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Comitê de Auditoria

Além das atribuições previstas na Lei 6404, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria conforme definido pela Lei Sarbanes Oxley.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por onze membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A.

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2015.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como:

- Gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos o Estatuto Social, o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;

- Deliberação sobre alienação de bens, empréstimos e financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor inferior a R\$14 milhões.

A Diretoria Executiva se reúne, normalmente, uma vez por semana. Em 2012 foram realizadas 56 reuniões.

Conselho Fiscal

Reuniões

No ano de 2012, foram realizadas 11 reuniões.

Composição, eleição e mandato

Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, conforme abaixo:

- um eleito pelos detentores das ações preferenciais;
- um eleito pelos detentores das ações ordinárias que, não pertencendo ao grupo de controle, representem, no mínimo 10% do capital social; e,
- três eleitos pelo acionista majoritário.

A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das atribuições previstas na Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria, conforme definido por aquela lei americana.

Qualificação e remuneração

O Conselho Fiscal é multidisciplinar, integrado por membros com diversas competências (Contabilidade, Economia, Administração de Empresas e outras). A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os elegeu, em consonância com a legislação vigente.

As informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Lei Sarbanes-Oxley

A Cemig obteve a primeira certificação dos controles internos para mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do “Public Company Accounting Oversight Board” - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, arquivado junto a Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos - SEC, no dia 23/07/2007.

Gerenciamento de Riscos Corporativos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das nossas práticas de Governança Corporativa. Para que seja mais eficaz e para que possa ser inserido mais facilmente na cultura da organização, procuramos fazer o alinhamento com o Processo de Planejamento Estratégico da Cemig, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Empresa. Quanto aos demais ciclos de gestão com os quais o gerenciamento de riscos corporativos se relaciona, podemos citar, entre outros, o Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade, atendimento à Lei Sarbanes Oxley, Comitê de Priorização do Orçamento, Auditoria Interna, Comitê de Gerenciamento de Riscos de Energia, Comitê de Riscos Seguráveis e Comitê de Controle e Gestão.

Foi implementada em 2003 a estrutura de gerenciamento de riscos corporativos na Cemig, tendo sido realizada, em 2004, a primeira revisão da matriz de riscos e em 2005/2006 a segunda revisão, com o objetivo de identificar alterações em relação ao nível de desempenho esperado de cada processo. Tem-se percebido uma melhoria na efetividade dos controles estratégicos, um comprometimento na implementação dos planos de ação mitigadores propostos e, conseqüentemente, a redução do impacto financeiro e da probabilidade de ocorrência de inúmeros riscos.

A mensuração de riscos para a Cemig definida é pela Metodologia ORCA, implementada em projeto com a participação de consultoria externa, fundamentada em quatro dimensões: objetivos, riscos, controles internos e alinhamento.

Visando garantir a integridade, a confidencialidade das informações e a agilidade do processo de revisão periódica da matriz de riscos corporativos, é utilizado o aplicativo Sistema de Gestão Integrada de Riscos – SGIR, o qual retrata a metodologia acima citada. Além disso, a Cemig dispõe de um site de acesso dos empregados com informações sobre o tema, o que possibilita o monitoramento dinâmico e contínuo dos riscos identificados pelos gestores.

Estrutura Funcional

A principal determinante para a opção da estrutura funcional adotada refere-se ao gerenciamento descentralizado pelos Gestores de Riscos, evidenciando o caráter corporativo e matricial da função, com o monitoramento centralizado pela Gerência de Gestão de Riscos Corporativos, a qual gera informações relevantes com visão sistêmica e atende às demandas do Comitê de Gerenciamento de Riscos Corporativos. O Comitê analisa e prioriza as ações estabelecidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

Desafios

Os principais desafios a serem enfrentados pelo gerenciamento de riscos corporativos na Cemig são:

- Aprimoramento da metodologia de cálculo de exposição financeira dos riscos, de modo que se possa proporcionar a maior objetividade possível à avaliação efetuada pelos gestores, oferecendo à Alta Direção maior segurança no processo de tomada de decisão. Os resultados esperados são a melhoria da qualidade das informações relacionadas à matriz e a garantia do cumprimento das diretrizes emanadas pela Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos.
- Criação de relatórios-padrão, visando atender às necessidades de diversos níveis decisórios da empresa.

Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

A aprovação, pelo Conselho de Administração da Cemig, em maio/2004, da Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional (<http://ri.cemig.com.br>), consolidada em 11 Princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura, confirma um passo importante da Empresa no aprimoramento do sistema interno de governança corporativa e incremento à transparência empresarial.

A Comissão de Ética da Cemig foi criada, em 12 de agosto de 2004, para coordenar as ações em relação à gestão da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional”, incluindo avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos deste documento.

Com a criação, em dezembro de 2006, do Canal de Denúncia, para uso exclusivo dos empregados e colaboradores da Cemig, a Comissão de Ética passou a receber denúncias anônimas, via canal aberto na intranet – Canal de Denúncia Anônima. Essas denúncias deverão envolver práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.

Comissão de Ética

Foi constituída em 12 de agosto de 2004 e é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, sendo responsável pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional (interpretação, divulgação, aplicação e atualização).

A Comissão recebe e apura todas as denúncias de violação dos princípios éticos e normas de conduta, desde que apresentadas por documento escrito e assinado pelo interessado a ser encaminhado para o endereço: CEMIG – Av Barbacena 1200 SA/17º/B2, o qual deverá estar acompanhado da indicação dos meios de prova correspondentes (testemunhas, documentos ou outro meio idôneo). Pode ainda ser contactada através de e-mail ou telefone, amplamente divulgados entre os funcionários da Empresa.

Implantamos em dezembro de 2006 o Canal de Denúncias anônimas, disponível na intranet corporativa, e que tem como finalidade acolher, encaminhar e processar denúncias de práticas irregulares, como fraudes financeiras, apropriação indevida de bens, recebimento de vantagens irregulares e contratações ilegais. Esse canal representa mais um passo da companhia em direção a melhorar a transparência, correção e do próprio conceito de governança corporativa na CEMIG. A adesão deste instrumento de governança corporativa melhora a gestão de nossos empregados e do nosso negócio e reafirma nossos preceitos éticos.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 30/09/2013

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
Estado de Minas Gerais	214.414.739	50,96	-	0,00	214.414.739	22,27
Outras Entidades do Estado	56.703	0,01	9.955.872	1,84	10.012.575	1,00
Total Controlador	214.471.442	50,97	9.955.872	1,84	224.427.314	23,31
AGC Energia S/A (1)	138.700.848	32,96	-	0,00	138.700.848	14,41

Notas:

(1) a acionista AGC Energia S/A é controlada integral da Andrade Gutierrez Concessões S.A., Cia aberta registrada na CVM.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO EM 30/09/2013 (*):

	30.09.2013		30.09.2012	
	ON	PN	ON	PN
CONTROLADOR	214.471.442	9.955.872	190.041.861	8.821.839
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3.267	1.107	2.900	953
DIRETORIA EXECUTIVA	9	979	10	869
AÇÕES EM TESOURARIA	-	410.396	-	363.650
AÇÕES EM CIRCULAÇÃO (FREE FLOAT)	206.289.990	531.539.323	182.792.314	470.993.832
TOTAL	420.764.708	541.907.677	372.837.085	480.181.143

Nota: (*) capital social alterado em 30/04/2013, com bonificação de 12,85% em novas ações.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2013, que compreendem os balanços patrimoniais levantados em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board-IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa 2.2 às informações contábeis intermediárias, em decorrência de mudança de política contábil, os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, individuais e consolidados, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis intermediárias correspondentes, individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do resultado e do resultado abrangente, referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Sem modificar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2013, chamamos atenção para o assunto descrito na nota explicativa 10, referente ao registro feito pela Companhia, na forma de redução do custo de energia comprada para revenda, de repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

Conforme descrito nas notas explicativas 14 e 13 às informações contábeis intermediárias, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia elétrica no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida útil e os ativos financeiros relacionados às atividades de distribuição de gás natural foram determinados pela Administração assumindo indenização do respectivo poder concedente, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados nas referidas notas. À medida que novas informações ou decisões dos órgãos reguladores ou dos poderes concedentes sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação dos ativos imobilizados ou a forma de realização do ativo financeiro poderão ou não ser alterados. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Conforme descrito na nota explicativa 12 às informações contábeis intermediárias, com base no previsto na Lei 12.783/13, a Companhia encaminhou informações ao Poder Concedente para que este homologue o valor a ser recebido por conta da indenização dos bens reversíveis relativos ao contrato de concessão de transmissão 006/97 formados até maio de 2000, no montante de R\$542.081 mil. A determinação do valor efetivo de indenização desses ativos, bem como as

condições, forma de remuneração e prazos para seu recebimento estão pendentes de homologação pelo Poder Concedente. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Conforme descrito na nota explicativa 13 às informações contábeis intermediárias, a coligada Madeira Energia S.A. e sua controlada estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras das operações da entidade. A Madeira Energia S.A. e sua controlada têm apurado prejuízos em suas operações e apresentam excesso de passivos sobre ativos circulantes em 30 de setembro de 2013 no montante de R\$355.102 mil, sendo a participação indireta da Companhia de R\$35.510 mil. Os planos da Administração para equalização do capital circulante líquido estão também descritos na mesma nota explicativa 13. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e considerada informação suplementar pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“Interim Financial Reporting Standards – IFRS”), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das informações contábeis do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2012

O exame dos balanços patrimoniais, individual e consolidado, levantados em 1º de janeiro de 2012, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 2.2, conforme previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 14 de agosto de 2013, contendo ênfase relacionada ao parágrafo sobre a coligada Madeira Energia S.A. descrita no item “Ênfases” acima.

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC-SP 218.398/O-1 T/MG